



Texto n. 3

P S E R I E S
P R I N C I P I O S

Alan Wood

**AS ORIGENS DA
REVOLUÇÃO
RUSSA
DE 1861 A 1917**

Tradução de
Valter Leilís Siqueira



Direção
Benjamin Abdala Junior
Samira Youssef Campedelii

Preparação de texto
Ivany Pिकासo Batista

Edição de arte (miolo)
Milton Takeda

Composição/Paginção em vídeo
Marco Antonio Fernandes
José Anacleto Santana

Capa
Ary Normanha
Antonio Ubirajara Domjencio
Impresso nas oficinas da
Gráfica Palas Athena

© 1987 Alan Wood
Título do original: *The origins of the Russian Revolution 1861-1917*
1. ed. 1987 por Methuen & Co. Ltd.
11 New Fetter Lane, London EC4P 4EE

ISBN 85 08 03917 4

1991

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

Sumário

| | |
|--|----|
| Quadro cronológico | 4 |
| Mapa: O Império Russo em 1917 | 9 |
| 1. Introdução | 11 |
| 2. Autocracia e oposição | 13 |
| O regime imperial: contrastes e contradições | 13 |
| A tradição revolucionária | 19 |
| 3. Reforma e reação | 24 |
| Emanipação e reforma administrativa, 1861-81 | 24 |
| Populismo revolucionário, 1861-81 | 29 |
| Retração e industrialização, 1881-1905 | 36 |
| 4. Revolução <i>versus</i> constituição | 42 |
| Origens do marxismo russo | 42 |
| 1905 | 47 |
| A política "constitucional", 1906-16 | 51 |
| 5. Guerra e revolução | 56 |
| A Rússia na guerra, de 1914 a fevereiro de 1917 | 56 |
| A Revolução de Fevereiro e o "poder duplo", fevereiro-julho de 1917 | 60 |
| A caminho da Revolução Bolchevique, agosto-outubro de 1917 | 66 |
| 6. Interpretações e conclusões | 71 |
| 7. Glossário de termos russos | 75 |
| 8. Indicação bibliográfica | 78 |

Quadro cronológico

| Antes de 1861 | |
|---------------|---|
| 1584-1613 | Período de agitação social e política, o "Tempo das Dificuldades". |
| 1613 | Restauração da autocracia, Miguel Romanov se torna czar. |
| 1613-69 | Fortalecimento do governo autocrático; contínua agitação civil, religiosa e militar. |
| 1696-1725 | Reinado de Pedro I (Pedro, o Grande); a Rússia se torna uma importante potência europeia. |
| 1725-62 | "Era das Revoluções Palacianas". |
| 1762-96 | Reinado de Catarina II (Catarina, a Grande). |
| 1773-5 | A revolução Pugachev. |
| 1790 | Publicação de <i>Viagem de São Petersburgo a Moscou</i> , de Radishchev. |
| 1825 | Revolta Decembrista. |
| 1825-55 | Reinado de Nicolau I. |
| 1836-48 | A controvérsia "Eslavófilos/Ocidentalistas". |
| 1848 | Revoluções na Europa. |
| 1853-6 | Guerra da Crimeia; a Rússia é derrotada. |
| 1855-81 | Reinado de Alexandre II. |
| 1856 | Alexandre II anuncia sua intenção de abolir a servidão. |

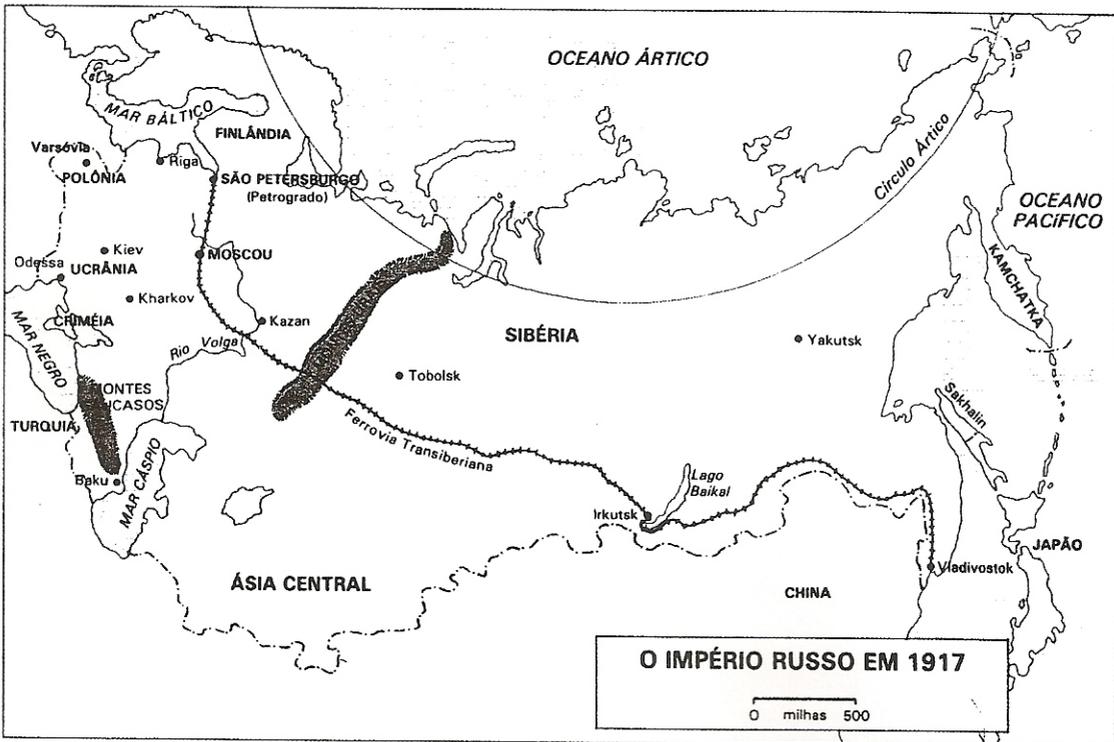
| 1861-1916 | |
|-------------|--|
| 1861 | Emancipação dos servos. |
| 1861-4 | Período de agitação social e intelectual; Primeira <i>Zemlya i volya</i> ; "era dos manifestos"; insurreição polonesa (1863); julgamento e exílio de Tchernichevski. |
| 1864 | Introdução do governo local e das reformas judiciais. |
| 1866 | Tentativa de assassinato de Alexandre II por Karakozov. |
| 1866-74 | O "Terror Branco"; desenvolvimento da teoria revolucionária populista. |
| 1874 | Reformas militares. |
| 1874 e 1875 | O movimento "indo para o povo". |
| 1876 | Formação da segunda <i>Zemlya i volya</i> . |
| 1879 | A <i>Zemlya i volya</i> se divide quanto à questão do terror; formação do <i>Cherny peredel</i> e da <i>Narodnaya volya</i> . |
| 1881 | Alexandre II é assassinado pela <i>Narodnaya volya</i> . |
| 1881-94 | Reinado de Alexandre III. |
| 1883 | Formação em Genebra do primeiro grupo marxista russo, o Grupo pela Libertação do Trabalho. |
| 1893 | Witte se torna ministro das Finanças. |
| 1894-1917 | Reinado de Nicolau II. |
| 1894-1901 | Programa de industrialização intensiva. |
| 1897-1900 | Exílio de Lênin na Sibéria; perturbado pelas tendências "revisionistas" do movimento Socialdemocrata. |
| 1898 | Primeiro Congresso do Partido Trabalhista Russo Socialdemocrata (PTRSD). |

| 1861-1916 | |
|-----------|---|
| 1900 | Primeira edição de <i>Iskra</i> ; fundação do Partido Socialista Revolucionário (PSR). |
| 1901-5 | Colapso econômico; dificuldades agrárias e industriais. |
| 1902 | Publicação de <i>Que fazer?</i> , de Lênin. |
| 1903 | Segundo Congresso do PTRSD; divisão entre mencheviques e bolcheviques. |
| 1904-5 | Guerra Russo-Japonesa: a Rússia é derrotada. |
| 1905 | Tumulto revolucionário em toda a Rússia depois do massacre do "Domingo Sangrento" (Janeiro); o czar promete uma constituição (agosto); greve geral, formação do Soviete de São Petersburgo, manifesto imperial autorizando eleições para a Duma Estatal (outubro); repressão do levante de Moscou (dezembro). |
| 1906 | Primeira Duma Estatal; Stolypin se torna primeiro-ministro. |
| 1906-11 | Reforma agrária de Stolypin. |
| 1907 | Segunda Duma Estatal; Stolypin altera as leis eleitorais. |
| 1907-12 | Terceira Duma Estatal. |
| 1911 | Stolypin é assassinado. |
| 1912 | Massacre nos campos auríferos do Lena; novas agitações na indústria; a divisão entre os mencheviques e os bolcheviques é definitiva. |
| 1912-16 | O escândalo Rasputin; ampliação do hiato entre o governo e a sociedade. |
| 1912-17 | Quarta Duma Estatal. |
| 1914 | A Alemanha declara guerra à Rússia. |

| 1861-1916 | |
|-----------|--|
| 1915 | Nicolau II se torna comandante-em-chefe; as relações entre o governo e a Duma se deterioram; formação do Bloco Progressista. |
| 1916 | Assassinato de Rasputin. |

| 1917 | |
|-------------------------|---|
| Janerio-Fevereiro | Greves e agitação civil em Petrogrado. |
| 26-27 de fevereiro | As tropas se recusam a atirar contra os manifestantes; a guarnição "adere" ao movimento revolucionário. |
| 27 de fevereiro | Formação do Soviete dos Deputados dos Trabalhadores de Petrogrado. |
| 1º de março | Emissão da Ordem n.º 1 do Soviete de Petrogrado; convocação da eleição para os comitês dos soldados. |
| 2 de março | Nicolau II abdica; formação do primeiro Governo Provisório; investidura do "poder duplo"; programa de reforma democrática e anúncio das liberdades civis. |
| 3 de abril | Lênin volta à Rússia; formula as "Teses de Abril"; invoca "Todo o poder aos Sovietes". |
| 20 de abril - 2 de maio | Protesto contra a "nota de guerra" de Miljukov; colapso do primeiro Governo Provisório. |
| 5 de maio | Formação do segundo Governo Provisório (de coalizão); nomeação dos ministros socialistas; Kerenski se torna ministro da Guerra. |
| 3 de junho | Abertura do Primeiro Congresso dos Representantes dos Trabalhadores e Soldados Russos. |
| 18 de junho | Ofensiva na Galícia. |

| 1917 | |
|------------------|--|
| 2 de julho | Trotsky se une aos bolcheviques. |
| 3-4 de julho | Violentas manifestações contra o governo em Petrogrado. |
| 5-7 de julho | Ordem de prisão dos líderes bolcheviques. Lênin se esconde. |
| 8 de julho | Kerenski se torna primeiro-ministro. |
| 16 de julho | Kornilov nomeado comandante-em-chefe. |
| 23 de julho | Trotsky é preso. |
| julho - setembro | Distúrbios nos campos, a militância das classes trabalhadoras e as deserções do exército aumentam. |
| 27-30 de agosto | Reorganização dos Guardas Vermelhos; fracassa a tentativa de golpe de Kornilov. |
| setembro | Trotsky é libertado; torna-se presidente do Soviete de Petrogrado; os Sovietes de Petrogrado e Moscou obtêm maioria bolchevique; Lênin revive o slogan "Todo o poder aos Sovietes". |
| 10 de outubro | Lênin assiste à reunião do Comitê Central Bolchevique; seu apelo de insurreição armada é aprovado. |
| 20 de outubro | Primeira reunião do Comitê Militar Revolucionário do Soviete de Petrogrado. |
| 24-25 de outubro | Operários e soldados armados, comandados pelos bolcheviques e organizados pelo Comitê Militar Revolucionário, tomam edifícios e instalações-chave em Petrogrado. |
| 25-26 de outubro | Os ministros do Governo Provisório são aprisionados; golpe bolchevique anunciado durante o segundo Congresso dos Sovietes; os delegados mencheviques se retiram em protesto. |
| 26-27 de outubro | O Congresso dos Sovietes promulga o Decreto sobre a Paz e o Decreto sobre a Terra; nomeia o primeiro governo soviético, o Conselho Bolchevique dos Comissários do Povo, com Lênin como presidente. |



1

Introdução

A Revolução Russa de 1917 é sem dúvida o fato mais importante da história política do século XX. Um observador contemporâneo da Revolução, o jornalista americano John Reed, deu a seu famoso relato desses acontecimentos o título de *Os dez dias que abalaram o mundo*, e os tremores e as reverberações provocados pela sublevação continuam a ser registrados ainda hoje. Setenta anos depois do evento (no momento em que escrevo), as ondas de choque emanadas da Rússia em 1917 provocam um impacto direto ou indireto em toda uma gama de problemas políticos, econômicos, ideológicos, diplomáticos e militares em todo o mundo. Uma avaliação das causas, rumos e conseqüências da Revolução Russa, portanto, não se restringe a uma simples questão de interesse histórico, mas é algo decisivo para que se tenha um entendimento adequado e bem informado do mundo político em que vivemos, e em que a União Soviética — como Estado e sociedade nascidos dessa Revolução — desempenha um papel de extrema importância.

Este panfleto se limita a um exame das causas e dos rumos da Revolução desde a emancipação dos camponeses-servos da Rússia em 1861 até a tomada do poder político

pelos bolcheviques em outubro de 1917. Uma análise das *conseqüências* dessas profundas mudanças será deixada para um futuro estudo.

Por que iniciar o exame da Revolução de 1917 no ano de 1861? Não é necessário adotar a visão marxista-leninista da história para que se concorde com a opinião do próprio Lênin de que as sementes da Revolução foram lançadas ao solo quando da insatisfatória legislação que aboliu a servidão na Rússia em 1861. O ambíguo e contraditório programa de reforma administrativa que se seguiu ao Ato de Emancipação gerou novas forças sociais, políticas e intelectuais que, contudo, foram limitadas pelo rígido quadro político de um Estado absolutista e autocrático. É uma lei física, se não histórica, a que nos ensina que a força de pressão do vapor contido em um recipiente rígido, sem espaço para sua expansão, sem qualquer estrutura elástica ou válvulas de segurança, provocará uma explosão e o estilhaçamento desse recipiente. Essas perigosas forças e pressões, tanto latentes quanto ativas, podiam ser constatadas por qualquer um nas décadas que antecederam o ano de 1917. A revolução sempre contou da agenda tanto da autocracia quanto da oposição. Os intelectuais russos constantemente falavam e escreviam sobre ela, os ativistas se organizavam para ela, o governo legislava contra ela, e as forças militares e policiais, combinadas entre si, estavam em constante alerta para sufocá-la. Mas foram as massas, o povo russo, que por fim a concretizou. As páginas que se seguem procuram descrever e analisar algumas das circunstâncias objetivas e alguns dos fatores subjetivos que contribuíram para esse processo, criando as tensões e contradições dentro do Império Russo que só poderiam ser resolvidas pela revolução. Antes, porém, é necessário identificar algumas das importantes características do regime czarista e as antigas tradições revolucionárias a ele opostas.

2

Autocracia e oposição

O regime imperial: contrastes e contradições

O Império Russo na época da Revolução era uma terra de inícríveis contrastes. Era o maior império em terras contínuas do mundo. Estendendo-se da Europa Oriental até a costa do Pacífico, e do Oceano Ártico até os desertos da Ásia Central e as fronteiras chinesas, o Império cobria — como a União Soviética de hoje — uma área quase equivalente a um sexto das terras emersas do planeta. Nesse conjunto imperfeito de territórios e povos, contudo, enquanto mais de dois terços das terras ficavam a leste dos Montes Urais, nas vastas e geladas extensões da Sibéria, o grosso da população vivia e trabalhava nas províncias europeias da Rússia, Bielo-Rússia, Ucrânia, Polónia (que era então parte integrante do Império) e do Cáucaso. O primeiro governante russo a se proclamar imperador (diferenciando-se do título de czar) foi Pedro I (Pedro, o Grande, que governou de 1696 a 1725). O reino que herdara de seus antecessores moscovitas do século XVII já era de dimensões consideráveis, ocupando grande parte da Eurásia, mas sua

maior e mais duradoura realização seria o estabelecimento da presença da Rússia como potência dominante no norte e no leste da Europa, como consequência de sua vitória sobre os suecos na Grande Guerra do Norte (1700-21).

O significado da entrada da Rússia para a Europa não deve ser exagerado. Igualmente poderosos foram os efeitos recíprocos da influência da Europa sobre a Rússia. O principal efeito das reformas empreendidas por Pedro foi a remodelação da administração civil e militar de seu país segundo os padrões europeus; outro resultado importante dessas reformas foi o fato de Pedro ter obrigado os membros de sua nobreza latifundiária (*dvoryanstvo*) a adotarem hábitos, modos, educação e atitudes ocidentais. Assim, Pedro criou uma grande divisão na sociedade russa — ou melhor, criou duas sociedades. De um lado, havia a educada e ocidentalizada *dvoryanstvo*, que, nos 50 anos que se seguiram à morte de Pedro, se tornou uma nobreza preteniosa, ociosa, possuidora de terras e servos, e gozando da maioria, se não de todos, dos privilégios de uma aristocracia europeia. Do outro lado, havia o povo russo (*narod*), os camponeses transformados em servos, que continuavam a ser implacavelmente explorados, espoliados e confinados, ao mesmo tempo que continuavam mergulhados em um vasto lodacal de ignorância, miséria, superstição e fome periódica. O abismo social e intelectual que separava a nobreza do *narod* era uma manifestação da natureza complexa e ambivalente da relação entre a Europa “moderna” e a Rússia “atrasada”, que se constituiu em um grande *leitmotiv* da história do país durante todo o século XIX.

Outros exemplos da ambiguidade e da contradição podem ser encontrados na estrutura política, nas relações econômicas, no poderio militar e até mesmo nas realizações culturais da Rússia às vésperas da Revolução.

Em primeiro lugar, o imperador russo era um autocrata absolutista. O que equivale a dizer que não havia qualquer restrição legal ou constitucional ao seu exercício

do poder político, da escolha dos ministros e funcionários do governo, ou da formulação da política nacional. Uma palavra do czar era suficiente para alterar, suprimir ou abolir qualquer legislação ou instituição existente. Durante os séculos XVIII e XIX foram feitas várias tentativas de se propor um tipo de reforma constitucional que limitasse os poderes do czar, mas nenhuma delas obteve sucesso. Foi só com os distúrbios revolucionários de 1905 que o último czar russo, Nicolau II (que reinou de 1894 a 1917), foi forçado a autorizar a realização de eleições para uma assembleia nacional consultora e legislativa, conhecida como Imperial Duma Estatal. Contudo, a despeito da relutante concordância do czar com o princípio de um certo tipo de política de participação limitada, legalização dos partidos políticos e da promulgação das Leis Fundamentais, a forma de governo continuava a ser a autocracia absoluta. Em outras palavras, se o autocrata desejasse abolir a constituição (e com ela a Duma), então a constituição e a investitura da autoridade necessária a isso. Sem qualquer definição, a noção de uma “autocracia constitucional” não era apenas impraticável mas também se constituía em um absurdo político condenado ao fracasso.

Em termos econômicos, a situação era igualmente problemática. O atraso industrial da Rússia com relação a outras potências europeias importantes ficou patente depois da derrota do país na Guerra da Crimeia (1853-6). Como consequência, embora não de imediato, o governo deu início a um programa intensivo de industrialização por volta da virada do século, conseguindo transformar a Rússia, de um dos países menos desenvolvidos economicamente da Europa, em uma das principais potências industriais do mundo. Durante esse processo, o país rapidamente assumiu toda a aparência e substância de uma moderna economia capitalista. Pela primeira vez em sua história, a Rússia desenvolveu uma grande força de trabalho industrial, ou proletariado, e uma classe média economicamente poderosa

de negociantes, banqueiros, advogados, financistas e industriais. Ao mesmo tempo, contudo, a grande maioria da população, cerca de 80 por cento, ainda era constituída por camponeses organizados comunitariamente, trabalhando e vivendo em suas vilas em condições que haviam sofrido poucas mudanças desde o século XVIII. Até mesmo muitos habitantes das cidades estavam oficialmente registrados como camponeses, e a Rússia ainda era uma sociedade surpreendentemente agrária. Essa coexistência entre uma sociedade moderna e industrial e um imenso campesinato ávido por terras, cujos interesses econômicos há muito eram negligenciados pelo governo, constituiu-se em fator-chave para um entendimento da natureza da Revolução de 1917.

Também vital para um entendimento dos eventos ocorridos nesse ano é o papel dos militares. E aqui, mais uma vez, vemos-nos diante de outro paradoxo aparente. O poder e o prestígio do Império Russo dependiam em última instância do poderio de suas forças armadas. O exercício russo era a maior força militar do mundo e era utilizado não apenas em campanhas militares no exterior mas também na manutenção da ordem interna e na repressão dos distúrbios civis que ameaçavam a estabilidade do regime. Após a derrota russa na Criméia, houve uma série de reformas militares radicais, principalmente durante a década de 1870, com o objetivo de reorganizar e reequipar as forças armadas do país de acordo com as modernas técnicas bélicas. Entretanto, essas mudanças fizeram com que os russos superestimassem suas forças, e um novo desastre militar aconteceu, desta feita diante do Japão, durante a guerra de 1904-5. O poderoso Império Russo foi derrotado por um país asiático relativamente pequeno que, contudo, havia-se modernizado de maneira mais bem-sucedida e eficiente que seu enorme vizinho, aparentemente mais poderoso. As previsões quanto ao envolvimento da Rússia na Primeira Guerra Mundial eram, portanto, pouco auspiciosas. Se o desastroso empeneho do país nesse conflito precipitou ou não a Revolução

de 1917 é uma questão que discutiremos mais adiante, mas o paradoxo é claro: de um lado, uma grande potência imperial que ainda contava com formidáveis recursos militares, e, de outro, um exército que parecia cada vez mais incapaz de desempenhar suas funções, seja a vitória em batalhas seja a contenção das desordens civis internas.

Também cultural e intelectualmente, a Rússia de Nicolau II era um país que apresentava ao mundo duas faces diferentes. As cerca de duas décadas que antecederam 1917 têm sido descritas como a "Idade de Prata" da cultura russa, a "renascença russa" e outras expressões similares que enfatizam a natureza inovadora e a alta qualidade estética de suas realizações artísticas e literárias. Realmente, muitos poetas, pintores e músicos russos formavam a vanguarda da cultura européia contemporânea. As peças e os contos de Anton Tchekhov e Máximo Gorki, a poesia de Alexandre Blok e a escola simbolista, a música de Scriabin, Stravinski e Prokofiev, as técnicas dramáticas pioneiras de Stanislavski e Meyerhold, e as idéias filosófico-religiosas de Berdyjev e Rozanov foram todas características dessa época de intensa atividade cultural. Suas realizações são inegáveis mas sem dúvida se destinavam às classes superiores educadas e à elite intelectual. Pelos padrões ocidentais contemporâneos, os níveis de educação e alfabetização do povo russo eram constrangedoramente baixos. A maioria dos camponeses era analfabeta e, de qualquer modo, eles tinham problemas cotidianos de sobrevivência muito mais urgentes do que aprender a ler e escrever. Havia pouco lirismo ou beleza na vida das massas, e para muitos parecia que as elegantes produções da *intelligentsia* eram resultados de uma omissão diante da responsabilidade moral com relação ao povo russo. Mais uma vez estamos diante de uma contradição: um país cujas brilhantes realizações artísticas e literárias colocavam-no na vanguarda européia, mas cuja população, em sua maioria, não conseguia ler ou escrever sua própria língua.

Outro fator conflitante a ser considerado na avaliação das condições do Império Russo às vésperas da Revolução é a composição étnica de sua população. Em 1917, de uma população total de 163 milhões, os russos só formavam 40 por cento. O restante era composto por uma massa enorme e heterogênea de minorias nacionais que falavam múltiplas línguas e variavam em muito quanto ao número de componentes e ao nível de civilização. Durante toda a história do Império, essas minorias haviam periodicamente expressado seu descontentamento quanto à sua condição de vassalos e à continuidade da dominação russa. Esse descontentamento se manifestava de várias formas, indo do protesto individual e da desobediência civil a insurreições nacionais armadas e em grande escala que exigiam separação e autonomia. Tais revoltas eram sempre impiedosamente sufocadas. As insurreições polonesas de 1830 e 1863, por exemplo, foram seguidas de execuções e pelo exílio permanente de patriotas poloneses na Sibéria. Das outras nacionalidades, os judeus em particular sofreram uma variedade de restrições no tocante à habitação, educação, oportunidades profissionais e atividades econômicas. Também foram vítimas de campanhas coletivas de violência, incêndios premeditados, saques e estupro — os famosos *pogroms* —, que eram desenvolvidos com a conivência do governo. Além da Polônia e do “território judeu”, os sentimentos anti-russos grassavam por todo o Império, e entre as forças centrífugas que impeliaram o regime czarista em direção a seu colapso final os movimentos pela independência nacional dos povos não russos constituíam um elemento de forte carga emocional e extremo vigor.

O Império Russo do começo do século XX, portanto, continha uma mistura extremamente volátil de riqueza ostensiva e dolorosa pobreza, de força e fraqueza, de atraso e modernidade, de despotismo e uma urgente exigência de mudanças. Por toda parte, conviviam exemplos de barbárie e sofisticação, de tecnologia e técnicas primitivas, de esclarecimento e ignorância, de tradições européias e asiá-

ticas. É claro que essa não é uma situação historicamente peculiar à Rússia, pois na verdade pode ser encontrada em muitas sociedades subdesenvolvidas e em desenvolvimento de todo o mundo de hoje. Entretanto, os fortes contrastes e contradições existentes na Rússia do período inter-revolucionário que vai de 1905 a 1917 levaram o grande escritor russo Leão Tolstói a observar com ironia que a Rússia era “o único país do mundo em que Gêngis-Khan desfrutava do uso do telefone”.

A tradição revolucionária

A dinastia Romanov, que foi destruída pela Revolução de 1917, teve origem durante um período de 25 anos de agitação revolucionária que sacudiu a Rússia na virada do século XVI e é tradicionalmente conhecido como o “Tempo das Dificuldades” (1584-1613). A escolha de Miguel Romanov como novo czar em 1613, apesar de resolver o problema político imediato, não oferecia qualquer solução fácil para as contínuas dificuldades sociais e econômicas do país, e os meados do século XVII foram marcados por muitos distúrbios, motins, rebeliões e cismas religiosos; por isso, o historiador russo Klyuchevski chamou esse período de “Tempo da Revolta”. Desde seus inícios, portanto, o novo regime foi ameaçado por uma série de desafios potencialmente revolucionários à sua autoridade que acabou por estabelecer um modelo para os próximos três séculos de autocracia e oposição.

A maioria dessas primeiras desordens era elementar, selvagem, anárquica e não dirigida para qualquer propósito político específico. Não eram particularmente dirigidas contra o czar ou, mais precisamente, contra a autocracia como instituição. Na verdade, era característico de muitos movimentos populares dos séculos XVII e XVIII o fato de serem comandados por um pretendente ao trono, um impostor que afirmava ser o verdadeiro czar e prometia restaurar os

direitos do povo e dar fim a seus sofrimentos. O reinado de terror de Pedro, o Grande, provocou uma grande resistência popular que, em seu todo, ele conseguiu conter, embora lançando mão de uma série de represões brutais. O fato de ele não ter apontado um sucessor antes de sua morte em 1725 deu início a um período de confusão política que é por vezes denominado a "Era das Revoluções Palacianas". Entretanto, a rápida sucessão de personagens medíocres que ocuparam o trono russo entre 1725 e 1762 não teve qualquer implicação revolucionária para o Estado ou a sociedade russa. Tratava-se apenas da mudança de um monarca para outro como mera figura de proa de uma ou outra facção, panela ou favorito da corte. Entretanto, uma coisa foi demonstrada por essas "revoluções palacianas", ou seja, a importância de se preservar a lealdade dos antigos militares, particularmente dos regimentos da guarda palaciana, que amide surgiam no papel de "fazedores de soberanos". Essa tradição de golpes militares, originada no século XVIII, e o papel decisivo desempenhado pelos militares em tempos de crise política serão por nós novamente abordados mais adiante.

Uma das mais significativas dessas conspirações palacianas foi a de 1762, que resultou na ascensão ao trono da imperatriz Catarina II (Catarina, a Grande). Foi durante seu longo reinado (1762-96) que ocorreram dois eventos de extrema importância, cada um deles representando uma direção importante no desenvolvimento do movimento revolucionário durante o século e meio seguinte. O primeiro deles foi a grande revolta dos cossacos e camponeses, comandada pelo pretendente Emelyan Pugachev entre 1773 e 1775. Por sua extensão geográfica, seu apoio numérico, pelo alcance de seu apelo popular e pela grande variedade de seus participantes — cossacos, religiosos cismáticos, operários, membros de tribos e camponeses — a rebelião Pugachev representou a mais séria ameaça à estabilidade do Estado russo desde o Tempo das Dificuldades. Por fim, a revolta foi esmagada, o corpo de seu líder, esquarterado,

e uma sangrenta sucessão de execuções e represálias foi desenvolvida nas regiões afetadas pela revolta. Pugachev estava morto, mas seu fantasma continuou a assombrar a autocracia, e o espírito de sua rebelião a inspirar os ativistas revolucionários que mais tarde acreditaram na aversão inata pelo autoritarismo e na insurreição do *narod* russo.

Se Pugachev foi a personificação da revolta popular, o caso de Alexandre Radishchev (1749-1802) resume o fenômeno da crítica teórica e do desafio intelectual radical ao regime que iria assumir proporções ameaçadoras durante o século XIX. Em 1790, Radishchev publicou uma crítica mordaz à Rússia de Catarina sob a forma de um diário de viagem intitulado *Viagem de São Petersburgo a Moscou*. A publicação desse livro — por sua amarga condenação da servidão, do militarismo, da corrupção e do governo tirânico, bem como por sua defesa da legalidade, dos direitos humanos e da liberdade individual — foi uma verdadeira bomba literária e política. Radishchev foi preso, interrogado e exiliado para a Sibéria. Isso acabou por ser o primeiro tiro de uma longa batalha entre o governo russo e os membros da *intelligentsia* crítica, que mais tarde se tornou militante e, por fim, revolucionária. Enquanto as forças populares representadas por Pugachev e os desafios intelectuais representados por Radishchev permaneceram isolados entre si, como aconteceu em geral durante o século seguinte, o regime esteve relativamente seguro. Quando, porém, no início do século XX a intelectualidade e o *narod* juntaram forças, como acontece na combinação de dois perigosos elementos químicos, a explosão resultante devastou a ordem sociopolítica czarista, da qual ambos eram produtos.

A primeira tentativa declarada de mudança revolucionária a combinar a oposição intelectual com as técnicas familiares do golpe militar — mas ainda sem participação popular — foi a malfadada e abortiva Revolta Decembrista de 1825 (assim chamada porque a insurreição aconteceu no dia 14 de dezembro). A inesperada morte de Alexandre I,

que reinou de 1801 a 1825, precipitou os planos de um grupo altamente educado, mas de patente média, de oficiais do exército; esses planos consistiam em se estabelecer um *putsch* militar que derrubaria a autocracia e introduziria um tipo de monarquia constitucional ou até mesmo uma forma de governo republicano. A rebelião foi facilmente sufocada; cinco de seus líderes foram enforcados e mais de 100 outros, sentenciados ao exílio na Sibéria. A principal razão de a revolução não ter acontecido foi o fato de não existir uma *situação revolucionária*. Quando os Decembristas decidiram tomar as ruas não havia um estado de emergência nacional mas apenas uma pequena desavença com relação à sucessão imperial. Tampouco havia uma crise econômica, uma ameaça externa, um desarranjo na ordem social ou uma agitação popular; na verdade, nenhuma das circunstâncias objetivas que normalmente se constituem em pré-requisitos de uma revolução bem-sucedida se fazia presente, como aconteceu depois em 1917. Mas, apesar de ter falhado — e talvez *porque* tenha falhado —, a Revolta Decembrista pode ser realmente considerada como o início do movimento revolucionário do século XIX. Seus membros passaram a ser reverenciados como mártires, e os ideais e o exemplo desses “nobres revolucionários” continuaram a inspirar as gerações seguintes de reformadores, radicais e revolucionários.

O reinado do novo czar, Nicolau I, que governou de 1825 a 1855, tem sido descrito como “o apogeu do absolutismo”. Mas, a despeito da natureza reacionária, militarista e obscurantista de seu governo, este também conheceu uma atividade intelectual extremamente vigorosa, da qual uma das mais importantes manifestações foi o assim chamado debate “Eslavófilo-Occidentalista” durante a década de 1840. Simplificando, os Occidentalistas eram intelectuais que acreditavam que a resposta para os problemas russos devia ser buscada no exemplo da civilização européia ocidental. Eram objetos particulares de sua admiração as tradições ocidentais de um governo constitucional, do respeito

pelas leis e o indivíduo, da filosofia racional e da predominância da lei. Alguns dos Occidentalistas mais radicais também foram influenciados pelos pensadores socialistas franceses contemporâneos e pelas teorias do filósofo alemão Hegel, todos descritos por um importante Occidentalista como a “álgebra da revolução”. Rebelando-se instintivamente contra a crueza da realidade russa contemporânea, os Occidentalistas radicais da década de 1840 começaram a pensar na revolução como a única forma de uma mudança dessa realidade para melhor.

Por outro lado, os Eslavófilos afirmavam que o que havia de errado com a Rússia de Nicolau I devia ser identificado na já excessiva europeização, na enorme burocracia e no rompimento com aquilo que eles acreditavam ser a harmonia tradicional da sociedade russa. Tomando como ponto de partida de sua filosofia as tradições e os ensinamentos da Igreja Ortodoxa Russa, os Eslavófilos achavam que a futura grandeza da Rússia estava no retorno das virtudes imaginárias de seu passado moscovita. Todos falavam da decadência e da “podridão” da moderna civilização européia e contrastavam-nas com as imaculadas virtudes ortodoxo-cristãs do campesinato russo. Acima de tudo, eles apresentavam a organização coletiva da comuna camponesa tradicional (a *obshchina*) como prova da inerente superioridade moral e social do povo russo com relação ao individualismo, à competitividade e ao egocentrismo divisor da sociedade do homem europeu.

Não é preciso exagerar o impacto da controvérsia entre Occidentalistas e Eslavófilos na futura história intelectual, e até mesmo política, da Rússia. Muitas das posteriores disputas e divisões entre os intelectuais russos, entre diferentes facções, escolas de pensamento e partidos políticos, podem ser analisadas em termos dos que buscavam o que acreditavam ser uma solução racional, lógica e universal para os problemas da Rússia e dos que defendiam o respeito pelas idiossincrasias das próprias tradições culturais e sociais da Rússia.

3

Reforma e reação

Emancipação e reforma administrativa, 1861-81

A emancipação dos servos tem sido descrita tanto como o “mais importante ato legislativo de toda a história da Rússia”, quanto como “indigna do papel em que foi escrita”. Não vale a pena nos determos na polémica sobre as razões que levaram o governo a tomar essa decisão. O que nos interessa são as condições e conseqüências desse ato. Contudo, é importante lembrar, ainda que de forma sucinta, que Alexandre II (reinando de 1855 a 1881) não aboliu a servidão em conseqüência de um desejo altruísta de melhorar a sorte do *narod* russo. Mais que a filantropia, foi o medo que o forçou a embarcar num processo visto, depois da derrota na Criméia, como essencial à sobrevivência econômica e política do Império. A memória das horas de Pugachev ainda atormentava Alexandre quando este declarou em 1856 que, se a servidão *tinha* que ser abolida, “é melhor que seja abolida a partir de cima, e não esperar que sua auto-liberação parta de baixo”.

Consideremos as características essenciais desse complexo ato jurídico. Em primeiro lugar, foi dada aos servos

sua liberdade técnica e legal, ou seja, eles não eram mais propriedade privada de seus mestres e estavam livres para negociar, se casar, pleitear e adquirir propriedades. Em segundo lugar, depois de um período de “obrigação temporária”, durante o qual continuavam a desempenhar algumas das obrigações pertinentes à sua antiga condição de servos, deviam começar a fazer uma série de “pagamentos compensatórios” ao governo pelos lotes de terra que lhes foram destinados; esses lotes eram desmembrados da propriedade de seus antigos amos. O alto nível desses pagamentos compensatórios, fixado em 6 por cento de juros por um período de 49 anos, significava que os camponeses eram forçados a pagar um preço por suas terras muito acima do valor corrente de mercado, e representava uma compensação “dissimulada” à *dворянство* pela perda do trabalho servil.

Outra característica importante desse ato legislativo era o fato de os camponeses, embora livres, ainda continuam organizados e legalmente ligados à vila de sua comuna, ou *obshchina*. Tanto a liberdade quanto a terra que recebiam lhes eram atribuídas não de maneira individual, mas coletiva. A comuna exercia amplos poderes econômicos e semijurídicos sobre seus membros. Os impostos, os pagamentos compensatórios e outras obrigações eram recolhidos e pagos comunalmente; em áreas onde a terra era periodicamente redistribuída entre os camponeses, em vez de transmitida por herança, a *obshchina* era responsável pela redistribuição dos lotes entre as famílias da comuna; nenhum camponês podia deixar a comuna sem permissão dos anciãos da vila; e a comuna tinha o poder de exilar seus membros indesejáveis para a Sibéria. Os camponeses ainda estavam sujeitos ao castigo corporal, ao recrutamento militar, ao pagamento de impostos individuais e a certas outras obrigações de que outras classes sociais eram isentas. Em outras palavras, o campesinato não gozava do mesmo *status* que as outras classes da sociedade russa. Constituíra mais uma

13

“casta” em separado, com suas próprias estruturas internas, procedimentos, leis e arranjos econômicos. Além disso, a manutenção da *obshchina* como instituição oficial, apesar de firmemente enraizada na tradição russa, significava que o camponês havia simplesmente trocado a submissão a seu amo pela submissão à comuna. A falta de investimento de capital, as periódicas redistribuições de terras, os métodos agrícolas primitivos, os danosos encargos financeiros e os impedimentos à mobilidade garantiam que o setor agrícola da economia russa permaneceria mais ou menos estagnado nos próximos 40 anos. Também em termos de protesto popular, o campo permaneceu inerte durante este período, embora as óbvias iniquidades e as dificuldades econômicas impostas pelos estatutos de emancipação tenham sido mais tarde postas em evidência de maneira dramática pelo ressurgimento dos distúrbios da massa camponesa no início do novo século.

Em seguida à abolição dos direitos senhoriais sobre os antigos servos, o governo foi logicamente forçado a encarar a necessidade de se estabelecer uma nova forma de organização de governo local e de procedimentos jurídicos que substituissem as velhas instituições feudais ainda em prática no tempo da servidão. Assim, foi esboçada uma legislação que, iniciada em 1864, estabelecia novos órgãos de governo local nos chamados conselhos rurais, ou *zemstva*. Estes foram estabelecidos tanto a nível distrital quanto provincial, e compreendiam três “elementos”: conselheiros eleitos, funcionários remunerados ou civis do *zemstvo* e profissionais contratados pelos conselhos, como professores primários, médicos, advogados, agrônomos e outros especialistas técnicos que na verdade eram responsáveis pelo trabalho cotidiano nas áreas do bem-estar público sob a responsabilidade do *zemstvo*. Entretanto, um maior número de restrições administrativas e financeiras significava que o trabalho do *zemstvo* e de seus equivalentes urbanos, os conselhos citadinos, era obstruído e debilitado. O *zemstvo* também

era bastante limitado em extensão geográfica e, na época da Revolução de 1917, funcionava apenas em 43 das 70 províncias do Império Russo. O sistema eleitoral também deixava muito a desejar. O direito ao voto dependia do número de propriedades do votante, e essa exigência era fixada em um nível elevado para se assegurar que uma enorme preponderância dos membros do *zemstvo* fosse proveniente da nobreza latifundiária e mesmo das classes ricas urbanas. Apesar de haver uma certa representatividade camponesa no *zemstvo*, os assuntos locais, mesmo depois da emancipação, ainda competiam à nobreza local embora dependessem cada vez mais dos caprichos da burocracia da capital. Apesar desses empecilhos, os *zemstva* conseguiram um notável sucesso na promoção do bem-estar e dos serviços públicos nas áreas onde existiam. Também ofereciam aos membros da sociedade um fórum em que podiam obter uma certa experiência política, ainda que a nível local; à intelectualidade era oferecida a oportunidade, através das atividades profissionais que faziam dela o “terceiro elemento” do *zemstvo*, tanto de prestar serviço quanto de adquirir experiência com relação à vida do *narod* russo.

A administração da justiça na Rússia antes da emancipação dos servos era notoriamente ineficiente, lenta, corrupta e socialmente discriminatória. Em 1864, um novo sistema judiciário foi introduzido, tentando-se pela primeira vez na história da Rússia incorporar alguns conceitos e princípios da Europa Ocidental referentes ao “predomínio da lei”: julgamento através de um júri, igualdade perante a lei, formação adequada e preservação dos juízes, estabelecimento de uma ordem dos advogados, anúncio público dos julgamentos e separação entre os poderes judiciário, legislativo e executivo. Como no caso dos *zemstva*, o novo sistema judiciário representava um grande avanço com relação aos injustos e complicados procedimentos por ele substituídos. Contudo, também não deixava de apresentar suas imperfeições. Entre as mais notórias, podemos citar a pre-

servação das cortes dos camponeses locais que ainda tinham o direito de impor a punição corporal. Além disso, a política ainda gozava do direito de prender e punir *sem julgamento* pessoas consideradas indesejáveis tanto social quanto politicamente. Em tempos de agitação social, a lei marcial era regularmente imposta; isso significava passar por cima das cortes civis e permitia que se empregassem castigos corporais e até mesmo a pena de morte na repressão da desordem. Além disso, a longa tradição russa de governo arbitrário e ilegalidade implicava que as noções da moderna jurisprudência demorassem a atingir tanto a consciência oficial quanto a popular. Contudo, por mais imperfeito que fosse, o sistema judicial reformado acabou por fornecer ao povo uma nova oportunidade e um espaço para que manifestasse seu não-conformismo e suas críticas. Muitos dos membros da recém-estabelecida profissão legal mais tarde desempenharam um importante papel na política de oposição ao governo.

O governo local e as reformas judiciárias foram as mais importantes (além da emancipação) de toda uma série de mudanças administrativas e institucionais que afetou a maior parte dos aspectos da vida russa durante este período. As reformas do sistema educacional secundário e superior, os novos desenvolvimentos nas finanças, o abrandamento da censura e uma completa revisão da organização, treinamento, recrutamento e equipamento do exército russo foram todos sintomas da transição por que lentamente passava a Rússia, de um semifeudalismo para algo que se aproximava da moderna sociedade capitalista. As conseqüências parciais desse processo já foram discutidas acima. Junto com as novas instituições, ainda sobreviviam remanescentes do velho regime — dos quais, é claro, a autocracia era o mais óbvio —, e o czar reformista recusava-se terminantemente a dar ouvidos aos membros de mentalidade progressista pertencentes à nobreza que o instavam a “coroar suas reformas com uma constituição”. O período das “Grandes

Reformas” foi também uma era de crescentes, embora frustradas expectativas; opondo-se à recusa do governo de alterar a estrutura política do czarismo e desapontados pelo ato de emancipação, mais e mais membros da *intelligentsia* radical deixavam-se atrair pela possibilidade de uma revolução popular como único meio pelo qual o povo russo poderia realmente obter “terra e liberdade”. Estas duas palavras — terra e liberdade (*zemlya i volya*) — mais tarde se tornaram o *slogan* e o grito de guerra do movimento revolucionário populista russo que formaria o maior foco de oposição à política do “Czar Libertador”.

Populismo revolucionário, 1861-81

Populismo revolucionário — ou *narodnichestvo* — é a expressão usada para descrever tanto as teorias quanto as atividades práticas da *intelligentsia* militante da Rússia das décadas de 1860 e 1870 que tentou provocar uma mudança social e política fundamental no país, segundo o que entendiam como os interesses do *narod* russo. Se necessário, isso deveria ser obtido através de uma revolução violenta. Quaisquer que fossem suas diferenças individuais ou coletivas — e havia muitas delas —, os populistas (*narodniki*) compartilhavam todos de uma visão comum da destruição da ordem sociopolítica czarista e de sua substituição por uma sociedade agrário-socialista baseada nas tradições do coletivismo e na instituição da comuna camponesa russa. Todos também insistiam em que se deveria seguir um caminho totalmente russo de desenvolvimento econômico e social, capaz de evitar as armadilhas e os horrores do capitalismo ocidental. A *obshchina*, acreditavam eles, era uma garantia de que isso podia ser conseguido. Os *narodniki* não se opunham à industrialização enquanto tal. O que eles defendiam era que os princípios comuns da *obshchina* camponesa e o cooperativismo dos trabalha-

dores deveriam ser mantidos e traduzidos na organização do comércio e da indústria, sem se submeter a Rússia aos males da exploração, da proletarização e do empobrecimento que eram característicos do modo capitalista de produção.

O pai do populismo russo foi Alexander Herzen (1812-70). Desiludido com a civilização burguesa européia, depois de ter testemunhado o fracasso das revoluções de 1848, este Ocidentalista radical passou cada vez mais a buscar inspiração em algumas das opiniões dos Eslavófilos e a ver na comuna camponesa, com suas tradições de coletivismo, responsabilidade mútua e redistribuição da terra, o embrião de uma futura sociedade socialista na Rússia. Suas idéias ainda eram amorfas e sujeitas a freqüentes modificações, mas seu amálgama entre o socialismo ocidental e o coletivismo camponês russo certamente representa o primeiro estágio da história do populismo russo. O estágio seguinte foi dominado por um homem de caráter totalmente diferente, Nicolau Tchernichevski (1828-89). De origem mais plebéia que o aristocrático Herzen, Tchernichevski se tornou um dos principais porta-vozes e ideólogos da nova geração pós-Criméia da *intelligentsia*, composta por rapazes e moças mais obstinados, materialistas, impacientes, descompromissados e revolucionários em suas opiniões que os "homens dos anos quarenta". Em seus próprios escritos, Tchernichevski provou ser mais erudito e desapaixionado que Herzen na abordagem das questões econômicas, sociais e políticas da época. Nada devendo à visão idealizada da *obshchina* defendida pelos Eslavófilos, e tomando por base conceitos históricos e econômicos mais sólidos, Tchernichevski argumentava, contudo, que a manutenção e o revigoramento da comuna constituíam a melhor garantia de um futuro justo para o povo russo. Tampouco se deixou iludir pela crença de que algo de bom se produziria das negociações sobre a emancipação dos servos. Na época, sua posição intelectual era a de instar seus leitores a não se deixarem iludir pelas aparentemente boas intenções de Alexan-

dre II, e propunha que a resposta aos problemas do povo se achava literalmente nas mãos do próprio povo: "Só os machados dos camponeses podem nos salvar. Nada além deles tem qualquer serventia [...] Façamos com que a Rússia pegue em armas!".

Contudo, foi só nos anos que se seguiram imediatamente à emancipação que ocorreu uma forma de atividade revolucionária prática. A reação imediata dos servos emancipados foi uma mistura de surpresa, ódio e desânimo que se expressava através de distúrbios em todo o país. Distúrbios que eram rápida e brutalmente reprimidos. Depois da indignação inicial, contudo, é notável a rapidez com que o campo se acalmou e aparentemente se conformou, ainda que de forma relutante, com a nova situação. Também a *intelligentsia* começou a manifestar seu descontentamento. A primeira organização revolucionária desde os Decembristas — auto-intitulada *Zemlya i volya* (Terra e liberdade) — foi estabelecida, embora sua composição, participantes e objetivos ainda fossem obscuros e não conseguissem realizar nada de concreto. Ao mesmo tempo, o aparecimento e a circulação de um grande número de panfletos políticos e propagandistas de natureza mais ou menos inflamada levaram alguns observadores a chamar esses anos de "era dos manifestos". Um deles em particular é digno de comentário. Intitulava-se *Molodaya Rossiya*, "Jovem Rússia", e foi escrito por um estudante de 19 anos, Pedro Zaichnevski (1842-96). A despeito do tom violento de sua retórica de caráter um tanto adolescente, o *Molodaya Rossiya* realmente estabelecia um programa coerente de objetivos sociais e políticos, além de um roteiro sangrento para a ação revolucionária que tinha por finalidade o assassinato de todo o "bando imperial". Também identificava com clareza o problema da relação entre a *intelligentsia* revolucionária e o *narod*, um problema que Zaichnevski abordava através da proclamação de que as massas revolucionárias deviam ser orientadas por uma organização partidária disciplinada

e centralizada que, além disso, estabeleceria uma ditadura pós-revolucionária a fim de supervisionar a introdução das novas instituições sociais e políticas. Entre estas, Zaichnevski insistia no supremo papel da *obshchina*, o que o situava completamente dentro da tradição populista, mas sua defesa da liderança exercida por uma elite para que a revolução se concretizasse faz de seu manifesto uma das primeiras manifestações dessa tendência do pensamento político russo usualmente chamada de "jacobinismo", ou seja, a crença de que uma insurreição popular deve ser organizada e conduzida por uma vanguarda revolucionária centralizada. Voltaremos a este assunto mais adiante.

A sangrenta repressão do levante nacionalista polonês de 1863, o desaparecimento da *Zemlya i volya*, a volta a uma relativa calma no campo e a prisão, julgamento e exílio de Tchernichevski em 1864 marcam o fim da agitação que se seguiu à emancipação dos servos. As coisas começaram a tomar novos rumos a partir de 1866. Dmitry Karakozov (1840-66), membro de uma pequena célula revolucionária clandestina de Moscou, decidiu que a causa fundamental da miséria do povo era o Estado autocrático — o que em linguagem popular significava o czar. Assim, decidiu que ele mesmo deveria matar Alexandre, e tentou realizar seu intento em 4 de abril de 1866. Seu tiro passou longe do alvo e Karakozov foi preso e depois enforcado. Outros membros de sua organização foram exilados para a Sibéria e se seguiu um período de intensa repressão popular por vezes chamado de o "Terror Branco". Depois do caso Karakozov, para escapar da prisão e de um possível exílio, muitos membros da *intelligentsia* radical fugiram para a Suíça, onde continuaram seus estudos, e, entre 1866 e 1874, a ideologia do populismo russo dividiu-se em linhas divergentes. As três maiores tendências se associavam às teorias de Pedro Lavrov (1823-1900), Miguel Bakunin (1824-76) e Pedro Tkachev (1844-86).

Lavrov acreditava que era tarefa da *intelligentsia* engajar-se em um programa de educação, preparação e propaganda que gradualmente aumentaria seu próprio nível de conscientização, bem como o do povo, até o ponto em que este se insurgiria, derrubaria o Estado e estabeleceria uma sociedade socialista. Em suas *Cartas históricas*, falava da dívida moral da "nobreza penitente" para com o *narod* russo, e da necessidade de se resgatar essa dívida fazendo com que a nobreza se colocasse a serviço do povo — mas só quando ela e o povo estivessem totalmente preparados para isso. Bakunin, por outro lado, acreditava apaixonadamente que não havia nada que a *intelligentsia* pudesse ensinar ao *narod*. "O povo russo", afirmou ele numa declaração famosa, "é revolucionário por instinto e socialista por natureza". Invocando o espírito de Pugachev, Bakunin desprezava a idéia de que era tarefa da *intelligentsia* doutrinar o povo. Pelo contrário, depositava sua confiança na insurreição camponesa espontânea — a *bunt*. Se a *intelligentsia* tinha que desempenhar algum papel, seria apenas o de ajudar os camponeses a coordenarem suas rebeliões isoladas em uma revolução de amplitude nacional que pudesse destruir o Estado czarista e permitir que o povo se organizasse em uma federação de comunas autônomas, com governo próprio. "Não devemos agir como professores do povo", diz ele, "mas devemos conduzi-lo à revolta". Conduzir o povo à revolta também constituía um dos pontos básicos da filosofia de Tkachev. Contudo, contrariamente a Bakunin, antiautoritário e anarquista, Tkachev estabeleceu a expressão mais articulada daquele populismo "jacobino" que encontramos no manifesto de Zaitchnevski. Tkachev, com impaciência, exortava a *intelligentsia* a se organizar para a ação revolucionária e para conduzir as massas tanto na destruição da antiga ordem quanto na construção da nova. Alguns autores têm afirmado que a ênfase de Tkachev na disciplina, liderança e organização prenuncia algumas

das opiniões de Lênin quanto à organização partidária e à relação entre o partido revolucionário e o proletariado.

No verão de 1874, ocorreu um fenômeno espantoso. Sem liderança, sem organização e sem planejamento, milhares de jovens intelectuais, tanto homens quanto mulheres, deixaram suas casas, universidades e empregos para se juntar a um espontâneo movimento de massas, quase uma cruzada, a fim de se pregar o evangelho socialista através do campo russo. Esse movimento foi chamado de "indo para o povo" (*Khozhdenie v narod*). Não havia nenhum indício imediato do movimento. Ele representava uma curiosa mistura de teorias socialistas semidigeridas (tanto de lavrovistas quanto bakuninistas), uma simpatia genuína pelo sofrimento do campesinato e um entusiasmo juvenil de servir a uma causa nobre, e foi marcado por um compromisso e um zelo quase missionários. Mas tudo não passou de um misero fiasco. Muitos se desencantaram com a natureza acabrunhada, conservadora e inerte dos próprios camponeses; outros foram dizimados pelas doenças endêmicas do campo russo; alguns foram presos pela polícia local e muitos chegaram a ser detidos por camponeses desconfiados e entregues às autoridades por "falarem contra Deus e o czar". Centenas foram aprisionados e depois levados a julgamento público em São Petersburgo e Moscou. A *intelligentsia* havia "ido para o povo"; o povo a repelia. Nada poderia ter ilustrado mais clara ou tragicamente o contínuo abismo que separava as classes educadas da Rússia do *narod*.

O fracasso do "indo para o povo" em realmente conseguir impressioná-lo forçou os revolucionários a repensarem a situação. Passaram então a reverter as técnicas de organização, o planejamento da conspiração e as atividades clandestinas que objetivavam a "desorganização" do Estado. Em 1876, um segundo partido *Zemlya i volya* foi fundado. Seu programa era impecavelmente populista em orientação mas seus principais membros cada vez mais

começaram a se concentrar nas táticas políticas imediatas ou a desconsiderar a estratégia mais ampla de preparação das massas para a revolução social. A crise dentro do *Zemlya i volya* foi resultado da questão específica do terror. Uma política de resistência armada e conseqüentes tiros com a polícia e guardas das prisões evoluiu para tentativas de assassinato de funcionários do governo e membros da polícia. Diante da crescente onda de violência terrorista, o governo impôs o estado de emergência e a lei marcial; assim, o círculo vicioso dos assassinatos, execuções, vingança e retaliação se intensificou. Por fim, em 1879, o partido se dividiu em duas facções. Uma delas, chamada *Cherny peredel* (Divisão Negra), se opunha ao uso da violência política por ser ela contraproducente, uma traição aos princípios populistas e não levar aos objetivos máximos da revolução. A outra, a *Narodnaya volya* (A Vontade do Povo), se dedicou à continuidade da campanha de terror, argumentando que isso enfraqueceria o Estado e apressaria o início de uma situação revolucionária. Em 26 de agosto de 1879, o Comitê Executivo da *Narodnaya volya* condenava solenemente Alexandre II à morte, e, depois de várias tentativas fracassadas, o Czar Libertador foi finalmente feito em pedaços por um atentado terrorista a bomba em 1º de março de 1881. Os líderes da conspiração foram presos, julgados e enforcados em praça pública.

Seria um erro considerar a execução dos regicidas e o conseqüente colapso da *Narodnaya volya* como o fim do populismo revolucionário na Rússia. A subseqüente reação do governo e a crescente preocupação de um número cada vez maior de intelectuais com as teorias revolucionárias de Karl Marx (1818-83) não significavam que a tradição populista morrera. A filosofia revolucionária de Marx se baseava em um estudo da história industrial e da economia política das sociedades capitalistas evoluídas da Europa Ocidental, e muitos ainda continuavam a acreditar que suas idéias,

baseadas nas classes sociais, de uma revolução "burguesa-democrática" e "proletário-socialista", eram inaplicáveis na Rússia atrasada, agrária e autocrática. Como os primeiros marxistas russos enfrentaram as implicações teóricas e práticas dessa situação é assunto que será tratado por nós em outro capítulo deste livro. O assassinato de Alexandre II em 1881 e a fundação do primeiro grupo marxista russo em 1883, portanto, não marcaram o fim e o começo de dois capítulos consecutivos da história do movimento revolucionário. O populismo e o marxismo russos foram, como afirmou um escritor, "dois elos consecutivos". A despeito do triunfo político final do Partido Bolchevique-Marxista em 1917, a tradição populista com sua crença no valor da comuna, na socialização da terra e na necessidade de um caminho não capitalista de desenvolvimento deveria permanecer como uma poderosa força — do ponto de vista do governo —, bem como perigosa, na cena política russa até 1917, chegando a ultrapassar essa data.

Retração e industrialização, 1881-1905

Não é de surpreender que a reação do sucessor do czar com relação ao assassinato politicamente fútil de seu pai tenha sido implacável. Alexandre III (reinado de 1881 a 1894) era por natureza intolerante, autoritário, tremendentemente chauvinista, desconfiado com relação aos intelectuais e também anti-semita. A eminência parda que se colocava por trás do trono era o Procurador do Santo Sinodo (o ministro do governo responsável pelos assuntos da Igreja), Constantino Pobedonostev (1827-1907), homem que combinava uma extrema erudição com um ódio que beirava a paranóia no tocante a qualquer coisa que se voltasse contra os princípios do governo autocrático, a ortodoxia religiosa e o nacionalismo russo. Desprezava os que continuavam a falar de uma forma de governo constitucional

para a Rússia, acusando-os de "retardados e macacos pervertidos", e suas religiosidade fanática e intolerância com relação às mudanças iam deixando marcas em todo o reino, num período que por vezes é chamado de "era dos feitos insignificantes".

O primeiro fracasso do novo regime foi a erroneamente denominada "Constituição" Loris-Melikov. Um pouco antes de sua morte, Alexandre II havia autorizado seu ministro do Interior, o conde Loris-Melikov (1825-88), a preparar um projeto que, não tivesse ele morrido, *poderia* ter levado à convocação de uma assembleia nacional consultora capaz de deliberar e orientar quanto à preparação de uma legislação. Embora não passasse de um esboço de constituição, foi imediatamente descartada pelo imperador, que a descreveu como um "documento criminoso". Loris-Melikov foi demitido. Numa tentativa de livrar o país de elementos subversivos e "não confiáveis", o próximo ministro do Interior atribuiu amplos poderes à polícia, que lhe permitiam vigiar, prender e decretar o exílio administrativo (isto é, extrajudicial). Sendo originalmente um instrumento temporário, o Estatuto das Medidas para a Preservação da Ordem Nacional e da Tranquilidade Pública (14 de agosto de 1881) acabou por ser sistematicamente renovado a cada três anos até 1917, e tão amplos eram seus poderes que a Rússia se transformou efetivamente em um Estado policial. Lênin certa vez descreveu essa legislação draconiana como "a constituição *de facto* da Rússia".

Além de abandonar o plano de Loris-Melikov e incrementar os poderes arbitrários da polícia, o governo de Alexandre procurou, através de outras formas, reverter, ou pelo menos enfraquecer, os efeitos das reformas de seu predecessor. Cada vez mais processos criminais eram removidos da jurisdição das novas cortes já que a apelação estava gradualmente passando para os procedimentos extrajudiciais e tribunais especiais em que os processos eram amídiamente julgados a portas fechadas. Da mesma forma, os *zemstvo*

ficavam sujeitos à nova legislação, que reduziu suas já limitadas áreas de competência e independência. E o que é mais importante, o estabelecimento em 1889 de novos corpos de funcionários governamentais indicados diretamente pelo governo e com amplos poderes administrativos sobre os *zemstva* acabou por remover a pouca autoridade que eles possuíam. Isto não representou, como por vezes se alega, a restauração dos direitos dos latifundiários sobre os camponeses, mas um fortalecimento da autoridade do governo central sobre as comunidades locais e regionais como um todo.

Não é surpreendente que as suspeitas do regime com relação às iniciativas locais e regionais se estendessem aos povos não russos e às religiões não ortodoxas do Império. Judeus, poloneses, católicos, protestantes bálticos, muçulmanos da Ásia Central e sectários russos foram todos, em maior ou menor grau, vítimas de uma política odiosa e mal concebida de “russificação”. Toda uma bateria de leis discriminatórias foi posta em ação com o objetivo de erradicar várias manifestações de identidade nacional não russa e de práticas religiosas não ortodoxas. Mesmo o uso das línguas nativas — por exemplo, o polonês nas escolas polonesas — foi sistematicamente prescrito e o aprendizado do russo tornou-se compulsório em algumas das terras fronteiriças à Rússia. Como já mencionamos antes, a comunidade judaica foi alvo de um tratamento particularmente retaliador e de ataques raciais.

Artística e intelectualmente, o reinado de Alexandre III não se distinguiu por nenhuma realização particularmente notável e, na verdade, o governo exerceu uma censura mais estrita, cerceou a imprensa e provocou o fechamento de muitos periódicos. Nas escolas e universidades, a reintrodução do princípio hierárquico assegurou que as classes inferiores da sociedade não tivessem acesso a uma educação adequada. Esta política foi estabelecida propositalmente — segundo as palavras de um famoso memorando

do governo — a fim de evitar que os filhos de “cocheiros, empregados, lavadeiras, cozinheiras, pequenos negociantes e outras pessoas similares” adquirissem idéias superiores à sua classe social que pudessem levá-los a questionar a “natural e inevitável desigualdade das relações sociais e econômicas”.

Se a atmosfera predominante na década de 1880 era de estagnação, mediocridade e repressão, havia uma área em que um modesto progresso estava sendo obtido, abrindo caminho para realizações mais espetaculares na década seguinte: a indústria. Embora a emancipação não tivesse gerado nem capital nem mão-de-obra necessários a um programa mais amplo de industrialização, certos acontecimentos importantes efetivamente ocorreram entre 1861 e 1894, estabelecendo as bases da infra-estrutura do que viria a ser a revolução industrial da Rússia. O estabelecimento de bancos, sociedades anônimas por ações e outras instituições financeiras incrementou o crescimento industrial e urbano, e uma maior mobilidade da mão-de-obra acompanhava o crescente progresso industrial. A produção de ferro, aço, carvão e petróleo aumentou significativamente, e a construção de estradas de ferro expandiu os 1 500 quilômetros de linhas em 1861 para 30 500 em 1890. Da mesma forma, a força de trabalho industrial mais que duplicou entre 1860 e 1890, atingindo um milhão e meio. A maior parte dessa expansão era resultado da iniciativa privada — particularmente na construção de ferrovias. Contudo, a indicação de Sergei Witte (1849-1915) como ministro das Finanças em 1893 marcou uma reviravolta decisiva no desenvolvimento industrial da Rússia.

Embora muitos elementos do chamado “sistema Witte” já se fizessem presentes antes de 1893, foi Witte que, com seu entusiasmo, forçou a aplicação de um programa de rápida expansão industrial com profundas consequências sociais e políticas, e não apenas econômicas. As distintas características do “sistema” eram as seguintes: o papel

de liderança assumido pelo governo no tocante ao planejamento e às finanças, a ênfase nas indústrias de bens de capital e não nas de bens de consumo, o levantamento de fundos através de crescente tributação imposta ao já sobrearregado campesinato e o incentivo ao investimento maciço do capital estrangeiro — particularmente francês, belga e britânico. O ponto central do programa era a notável expansão da construção de ferrovias — sendo o projeto mais espetacular a construção da Ferrovia Transiberiana, com 7 000 quilômetros de extensão e ligando a rede ferroviária da Rússia Europeia à costa do Pacífico. As enormes exigências da Transiberiana com relação à indústria metalúrgica e de carvão desempenharam um importante papel no processo de industrialização como um todo, e seu término por volta de 1901, com a consequente queda das encomendas governamentais, contribuiu muito para a retração econômica que se seguiu à expansão de Witte. As seguintes cifras referentes à produção de setores-chave da indústria entre 1890 e 1900 ilustram essa expansão: o carvão subiu de 367 milhões de *puads* (1 *puad* = 16,38 quilos) para 995, o minério de ferro, de 106 para 367, e o petróleo, de 241 para 632 milhões. Entre 1887 e 1897, o valor da produção têxtil subiu de 463 milhões para 946 milhões de rublos. Essa rápida taxa de crescimento se caracterizou pela alta concentração da produção em regiões geográficas-chave — São Petersburgo, Moscou, a Ucrânia, os campos petrolíferos de Baku e os Urais — e por uma alta concentração de trabalhadores em indústrias de grande escala. Em 1900, quase metade da mão-de-obra industrial se localizava em fábricas que empregavam mais de 1 000 operários — número muito alto pelos padrões europeus contemporâneos. A maior parte dos comentaristas concorda que as condições de moradia e trabalho eram geralmente consternadoras, com longas jornadas de trabalho, baixos salários, acomodações e dispositivos de segurança inadeguados e um código punitivo de leis trabalhistas que penalizava com rigor a que-

bra da disciplina industrial. Evidentemente, os sindicatos e os partidos políticos eram proscritos. O que tanto atraía os investidores estrangeiros era a mão-de-obra barata, as altas taxas de lucro e a situação política *aparentemente* estável.

Entretanto, o rápido crescimento, a densa concentração e as perigosas e insalubres condições de trabalho do proletariado industrial criaram uma situação que obviamente levou à disseminação do descontentamento entre as massas, o que logo se concretizou na formação de grupos de solidariedade, movimentos grevistas, uma conscientização bastante desenvolvida do proletariado e uma crescente receptividade com relação à agitação e à propaganda dos ativistas revolucionários. Entre estes, cada vez mais se contavam os que, atraídos pelas teorias de Karl Marx e Friedrich Engels, começavam a ver na classe trabalhadora industrial, e não no campesinato, o maior veículo para a mudança revolucionária na Rússia. É nesse cenário de contínua reação política, de expansão industrial e de desenvolvimento das relações capitalistas que devem ser buscadas as origens do marxismo russo.

4

Revolução versus constituição

Origens do marxismo russo

O primeiro grupo revolucionário marxista tipicamente russo foi fundado na Suíça em 1883. Auto-intitulado Grupo para a Libertação do Trabalho, era composto por apenas quatro pessoas, todas ex-populistas: George Plekhanov (1856-1918), Paul Axelrod (1850-1928), Leo Deutsch (1855-1941) e Vera Zasulich (1851-1919). Entretanto, seria um erro acreditar que o marxismo era desconhecido na Rússia antes dessa data. Na verdade, foi a familiaridade com a análise feita por Marx da economia política do capitalismo industrial da Europa que levou muitos dos populistas a buscarem uma alternativa russa para o socialismo. Contudo, à medida que diminuía a confiança no potencial revolucionário do campesinato, um número cada vez maior de intelectuais radicais e, mais tarde, de operários russos “converta-se” ao marxismo. À medida que progrediam o capitalismo e a industrialização, eles gradualmente aderiam à opinião de Marx de que a sociedade deve primeiro passar do estágio feudal para o capitalismo antes que o proletariado revolucionário possa derrubar seu governo “burguês” e estabelecer um Estado de trabalhadores socialistas. Entre-

tanto, a aplicação dessa teoria na Rússia apresentava alguns problemas. Como sabemos, a Rússia era um Estado autocrático sem qualquer liberdade política, sem uma classe média (burguesia) politicamente consciente e economicamente poderosa, e com um pequeno proletariado atrasado. A princípio, portanto, parecia impróprio pensar em termos de uma revolução “burguês-democrática” — e ainda menos “proletário-socialista” — na Rússia. Entretanto, as mudanças sociais e econômicas produzidas pela industrialização de Witte convenceram os primeiros marxistas de que estavam certos, de que o capitalismo substituiria o feudalismo, da mesma forma que a classe trabalhadora russa por fim destruiria o capitalismo. De fato, o próprio Marx não havia descartado a noção populista de que a *obshchina* camponesa poderia servir como ponto de partida para o socialismo na Rússia, e tinha uma grande admiração pessoal por certos teóricos populistas, particularmente por Tchernichevski. Entretanto, os membros do Libertação do Trabalho, especialmente Plekhanov, devotaram suas habilidades teóricas ao repúdio da causa populista, argumentando que a *obshchina* não se constituía em modelo para uma sociedade socialista e que o fato de o capitalismo, na Rússia, levar a uma revolução socialista do proletariado era inevitável.

Durante a década de 1890, enquanto a mão-de-obra russa crescia em número e força, começou a surgir um crescente número de organizações de trabalhadores, embriões de sindicatos, círculos de discussão marxista e outros grupos que tanto comandavam a agitação e a propaganda, como ajudavam a organizar greves nos maiores centros industriais. Em 1898, foi feita uma tentativa de reunião dessas várias células, organizações e comitês regionais em um único partido político marxista e revolucionário. Nesse ano, aconteceu o primeiro “Congresso” do Partido Trabalhista Russo Socialdemocrata (PTRSD), precursor do atual Partido Comunista da União Soviética. Contudo, muito pouco foi obtido pelo Congresso (só havia nove delegados) e a liderança do nascente partido foi logo detida e encarcerada.

O "partido", portanto, não tinha nenhuma organização formal, programa comum, verdadeiros membros ou agências centrais e só existia no nome. Em 1903, foi feita uma segunda tentativa de organização de um partido unificado, embora o que na verdade ocorreu foi a fatal divisão do PTRSD em duas facções principais e irreconciliáveis, conhecidas como menchevíques e bolchevíques.

Foi durante o intervalo entre o primeiro e o segundo congresso que um papel decisivo na história interna do partido começou a ser desempenhado por um jovem intelectual marxista chamado Vladimir Ilych Ulyanov, mais conhecido pelo pseudônimo de Lênin (1870-1924). Lênin estava exilado na Sibéria quando da realização do Congresso de 1898, mas, enquanto esteve no exílio, sentiu-se cada vez mais perturbado por certas tendências do movimento social-democrata, tanto na Rússia quanto na Europa. Em primeiro lugar, preocupavam-no as teorias "revisionistas" de Eduard Bernstein, socialdemocrata alemão que sugeria que a transição para o socialismo podia ser obtida sem uma revolução proletária. Em segundo lugar, Lênin criticava os socialdemocratas russos que argumentavam que o partido devia concentrar a atenção dos trabalhadores na luta econômica contra o capitalismo como meio de despertar a consciência política do proletariado. Lênin acreditava que essa orientação "economista" incentivaria os trabalhadores a desenvolverem apenas uma "consciência sindicalista" e os alienaria da tarefa política vital de se derrubar o czarismo. Depois de deixar a Sibéria em 1900, viajou pela Europa e aí, junto com Plekhanov e seus seguidores, fundou um novo jornal revolucionário clandestino chamado *Iskra* (*A Centelha*), através do qual pretendia combater a heresia "economista" e desenvolver uma sólida rede de organização partidária. Suas opiniões sobre a organização do partido mais tarde deram origem a seu importante panfleto publicado em 1902 e intitulado *Que fazer?* Nele, ridicularizava a idéia de que a classe trabalhadora pudesse, através de seus próprios esforços, desenvolver espontaneamente uma consciência

política socialista, e argumentava que era tarefa do partido "afastar o movimento trabalhista da irresponsável tendência ao sindicalismo, e colocá-lo, em vez disso, sob a influência da Socialdemocracia". O que se fazia necessário, argumentava ele, era "um novo tipo de partido" que não se limitasse a seguir e refletir os interesses dos trabalhadores, mas que, pelo contrário, formasse "a vanguarda do proletariado". Acima de tudo, foi a posição intransigente de Lênin com relação à organização, disciplina e organização do partido, exposta em *Que fazer?*, que provocou o cisma partidário do segundo Congresso de 1903.

Um dos itens mais importantes da agenda do Congresso passou a ser a questão dos critérios para a admissão ao partido. Julius Martov (1873-1923), até então amigo íntimo de Lênin, propôs que um membro devia, em primeiro lugar, aceitar o programa do partido; em segundo lugar, devia ajudar o partido financeiramente; em terceiro lugar, devia estar preparado para trabalhar sob a direção de uma das organizações do partido. Lênin concordava com os dois primeiros princípios mas fazia objeções ao terceiro. Segundo ele, um membro do partido devia trabalhar "em uma das organizações do partido". Tratava-se de uma ligeira mudança de vocabulário, mas o que poderia parecer apenas uma questão semântica na verdade expressava duas opiniões totalmente diferentes quanto ao tipo de partido a ser escolhido: uma tinha em vista um partido amplo com simpatizantes preparados a prestar uma "cooperação pessoal" às organizações do partido; a outra, um partido restrito e disciplinado contando com o total compromisso de seus ativistas. A posição de Lênin foi derrotada. Entretanto, num item posterior, que também dizia respeito à questão da liderança e da centralização do partido, sua opinião prevaleceu por estreita maioria — em grande parte devido à abstenção de seus oponentes. Armado com essa frágil superioridade numérica, Lênin chamou seus seguidores de "majoritários". A palavra russa para "maioria" é *bolshinstvo* — daí, bolchevique. Seus oponentes, comandados por Martov — apesar de na realidade constituírem a maior facção do partido

—, foram chamados de “minoritários”, ou *mencheviques*. Apesar de, no momento, tecnicamente formarem duas facções de um único partido, e a despeito de várias tentativas posteriores de reunificação, a divisão entre mencheviques e bolcheviques acabou por ser permanente e irreparável.

Entretanto, neste estágio da história do partido, é prematuro pensar no bolchevismo ou na teoria marxista-leninista como ideologia coerente e plenamente desenvolvida. Nos anos seguintes, tanto Lênin quanto os mencheviques reagiram a diferentes circunstâncias e eventos de maneira diferente, e muitas questões de natureza tática, ideológica, prática e até mesmo financeira continuaram a dividi-los. As lições da revolução de 1905, a questão da participação ou não participação nas eleições para a Duma Estatal, os debates sobre a decisão de se “líquidar” ou não a rede partidária clandestina depois que os partidos políticos não fossem mais ilegais, a questão de se dar ou não continuidade à prática de “expropriações” armadas para se garantirem fundos ao partido e, por fim, a atitude com relação ao envolvimento da Rússia na Primeira Guerra Mundial se constituíram em questões altamente controversas e divisórias que não só mantiveram separadas as duas facções mas também criaram subfacções dentro das facções. Também é errôneo pensar que Lênin tivesse controle total da teoria e da prática bolchevique. Realmente, ele tinha uma grande autoridade pessoal e uma inabalável confiança na justeza de sua própria posição. Contudo, não era onipotente ou infalível, e com certeza não era visto por seus colegas de partido como “líder” no amplo sentido do termo. De qualquer forma, com exceção de um breve período em que voltou à Rússia em 1905, passou os anos que antecederam 1917 no exterior e, portanto, estava desligado das atividades cotidianas de organização partidária dos trabalhadores nas cidades e fábricas russas. Até a Revolução de Outubro de 1917 — e até mesmo depois dela —, Lênin constantemente teve que argumentar, persuadir, lisonjear ou até ameaçar de forma a fazer prevalecer sua opinião ou defender

uma tese. Foi depois de sua morte em 1924 que o “leninismo” se transformou em algo que se aproximava de uma escritura sagrada. Entretanto, a despeito de sua natureza inicialmente disforme e rudimentar, o bolchevismo já era algo que tinha vida própria. As implicações de sua obscura natureza que iriam abalar o mundo ainda não se faziam notar.

1905

A atmosfera política da Rússia à época do segundo congresso do PTRSD era bastante carregada. Os socialdemocratas não eram o único partido a tentar se organizar. Em 1900 o neopopulista Partido Socialista Revolucionário era fundado em Kharkov, na Ucrânia. Seu programa refletia as aspirações dos antigos *narodniki*, inclusive a revolução social, a redistribuição da terra e a preservação da comuma camponesa. Ele também compartilhava da crença do *Narodnaya volya* na eficácia do terror político, e os “esquadrões de luta” do partido desencadearam uma onda de espetaculares assassinatos políticos, incluindo entre suas vítimas dois ministros do Interior e um primeiro-ministro. A oposição política à autocracia, contudo, não era monopólio da extrema esquerda. Com a ascensão de Nicolau II ao trono, representantes dos *zemstva* começaram a exigir uma constituição. O novo czar rechaçou esses apelos taxando-os de “sonhos insensatos” mas, por volta da virada do século, políticos dos *zemstva* e membros de algumas sociedades profissionais tentaram dar uma certa organização ao emergente movimento liberal ao fundarem a União da Libertação, uma organização que rejeitava a atividade revolucionária mas pedia que se desse um fim ao governo autocrático e que se estabelecesse uma democracia constitucional baseada em instituições representativas e no predomínio da lei.

Depois de quatro décadas de relativa calma, o dormente campo russo começou a se agitar mais uma vez e finalmente irrompeu em uma série de violentos levantes

cujas origens devem ser buscadas nas injustiças do ato de emancipação. O período de 1901 a 1907 ficou conhecido como os anos do "frango vermelho" — uma imagem que era usada para simbolizar a cena familiar das casas de fazenda incendiadas pelo campesinato indignado. O movimento grevista prosseguia nas fábricas, com as aflições dos operários agora incrementadas pela depressão econômica que se produziu depois do fenômeno Witte. No Extremo Oriente, irrompeu a guerra entre a Rússia e o Japão. Depois de um breve surto de entusiasmo patriótico, a guerra se tornou impopular e suas causas não eram compreendidas; os fracassos da marinha e do exército se constituíram em novos motivos de ressentimento contra o governo. Tudo isso representava uma mistura volátil que só precisava de uma faísca para produzir uma explosão. E isso aconteceu, de maneira significativa, graças aos operários de São Petersburgo. No dia 9 de janeiro de 1905, um domingo, um protesto pacífico de operários em greve e suas famílias resultou num sangrento massacre. Os manifestantes, encabeçados por um sacerdote, haviam planejado apresentar uma humilde petição ao czar enumerando seus problemas; em vez disso, foram recebidos por uma rajada de balas e atacados por cossacos a cavalos. Centenas de manifestantes morreram, e a carnificina ficou conhecida como "Domingo Sangrento", chocando o mundo. A indignação que se seguiu ao massacre acabou por engolfar toda a nação e houve manifestações generalizadas de tristeza, revolta e ódio contra o czar criminoso. Não apenas os operários, mas a classe média, as organizações profissionais, os intelectuais e toda a sociedade russa foram tomados pela fúria. O czar, como de costume, nada fez até que, em fevereiro, o assassinato de seu tio, o grão-duque Sergei, forçou-o a assinar um decreto autorizando a eleição de uma assembleia consultora. O anúncio se mostrou constrangedoramente inadequado para acalmar a insatisfação popular e só serviu para incitar tanto os liberais quanto os revolucionários a intensificarem suas atividades e aumentar o nível

de suas exigências. O sufrágio universal, uma assembleia constituinte com plenos poderes legislativos e a introdução de liberdades civis constitucionalmente garantidas passaram a fazer parte de seu programa mínimo. A inquietação começava a atingir as vilas e, de forma ameaçadora, as forças armadas. As unidades do exército e da marinha se agitavam e passaram a questionar seriamente a lealdade automática dos militares para com o regime. Uma recente pesquisa demonstrou que a insatisfação política do exército russo em 1905 era muito maior do que tradicionalmente se supôs — e se constituiu em ameaçador presságio dos eventos de 1917.

A promulgação em agosto de um manifesto contendo detalhes da assembleia prometida em fevereiro foi ignorada por um público russo cujo humor e expectativas haviam-se alterado drasticamente depois da carnificina do Domingo Sangrento. Por volta do final de setembro, uma nova agitação nas fábricas se espalhou a partir dos ferroviários de Moscou para outros setores da economia, paralisou as comunicações e rapidamente estagnou a administração de todo o país. O regime impotente estava agora nas mãos da primeira greve geral política da Rússia, a mais poderosa arma do arsenal da desobediência civil.

Contudo, não havia uma liderança organizada, um plano de ação coordenado, uma concordância universal quanto ao programa de reformas por trás do movimento. A Grande Greve de Outubro foi uma manifestação espontânea da frustração de todo um povo diante da obstinação de um regime intelectual e administrativamente falido. Um subproduto extremamente importante da greve geral foi a formação de um "parlamento" dos trabalhadores eleito democraticamente e que representava os interesses dos trabalhadores em greve da capital, contando com o apoio da maioria dos partidos revolucionários. Foi esse o breve Conselho (*Soviète*) dos Deputados dos Trabalhadores de São Petersburgo, uma instituição que se destinava a desempenhar um papel decisivo na futura história da Rússia e acrescentava uma nova palavra ao vocabulário político do mundo.

A publicação de seu primeiro jornal, chamado *Izvestiya (Notícias)*, em outubro de 1917 coincidia com a promulgação de um novo decreto imperial que prometia satisfazer as grandes exigências de reforma política a que nos referimos acima. O Manifesto de Outubro assegurava totais liberdades civis, ampliava o direito de voto e ordenava eleições imediatas para a Duma Estatal. Parecia um triunfo das forças que exigiam mudanças democráticas. O czar não se mostrava pessoalmente entusiasmado com relação ao Manifesto, os partidos revolucionários receberam-no com ceticismo, mas uma grande concessão havia sido feita.

Contudo, essa concessão era temperada com uma nova determinação por parte do governo de esmagar as contínuas rebeliões e finalmente controlar o país. Expedições punitivas impunham submissão aos camponeses, as greves eram reprimidas através de greves dos empregadores, gan-gues de sicários chamados de Centenas Negras surtavam estudantes, grevistas e judeus; e no dia 3 de dezembro os membros do Soviete de São Petersburgo foram presos e, mais tarde, julgados e exilados. Os assim chamados "Dias de Liberdade" haviam terminado. Mas ainda havia um último ato de violência para acontecer em 1905. Em dezembro, um levante armado de trabalhadores moscovitas foi brutalmente reprimido depois de semanas de assassinatos e um devastador fogo de artilharia contra as casas dos trabalhadores e as fábricas. Centenas deles foram mortos na luta e muitos mais, sumariamente executados depois de rápidas cortes marciais realizadas nas ruas. A repressão do levante moscovita marcou o fim da situação revolucionária imediata — embora a paz não voltasse ao país nos próximos dois anos. Entretanto, as convulsões de 1905 não podem ser descritas como revolução no sentido pleno do termo. Elas não produziram nenhuma devolução real do poder, que ainda permanecia nas mãos de um imperador pusilânime de seus ministros, escolhidos pessoalmente por ele; não houve qualquer redistribuição de riquezas ou de propriedades; a sociedade não foi reestruturada e os pode-

res da burocracia, dos militares e da polícia permaneceram inalterados. Os partidos revolucionários estavam em desarrajo e inseguros quanto a como agir dentro das circunstâncias inéditas da política da Duma. Seus líderes estavam na prisão, no exílio ou no exterior; de qualquer modo, todos estavam envolvidos em amargas disputas doutrinárias e quanto à organização. É por isso que Lênin descreveu os eventos de 1905 não como uma revolução, mas como um "ensaio geral da revolução". Terminado o ensaio, o palco estava então preparado para o drama de 1917.

A política "constitucional", 1906-16

Entre 1905 e 1917, tendo sobrevivido ao primeiro confronto com as massas revolucionárias desde a revolta de Pugachev, o regime imperial entrava agora em um período inquieto e ambíguo de experiência com a política semicons-titucional. O artigo 4 das novas Leis Fundamentais, publicado em 23 de abril de 1906, afirmava que o poder da "Autocracia Suprema pertence ao Imperador de Todas as Rússias", e o artigo 9 dizia que "nenhuma lei pode ser posta em prática sem Sua aprovação". O soberano imperador também tinha todo o poder de decisão quanto à política externa, às forças armadas e todas as obrigações do governo. Contudo, embora o poder da autocracia permanecesse intacto, duas novas instituições foram estabelecidas: o Conselho de Estado e a Duma Estatal, que foram criados para permitir uma participação pública tanto nos processos deliberativos quanto nos legislativos referentes à definição política a nível governamental. A Duma era formada por cerca de 500 deputados eleitos, representando todas as classes sociais russas, e o Conselho de Estado (uma espécie de "Câmara Alta") continha igual proporção de membros eleitos e indicados, representando as principais instituições sociais, religiosas, educacionais e financeiras.

Os recém-legalizados partidos políticos, que deveriam apresentar candidatos à Duma, cobriam todo o espectro político, desde os bolcheviques, mencheviques e socialistas revolucionários, todos de esquerda, até a União do Povo Russo, de extrema direita, profascista e anti-semita. No centro, o principal partido liberal era o Partido Constitucional Democrático (*Kadets*), e, um pouco à sua direita, a União de 17 de Outubro (Outubristas), um partido conservador moderado que baseava seu programa no Manifesto de Outubro de 1905. Os socialdemocratas e os socialistas republicanos boicotaram as eleições para a primeira Duma, e sua composição foi, conseqüentemente, dominada pelos *Kadets* e por uma coalizão entre radicais e liberais conhecida como Grupo Trabalhista (*Trudoviki*). Mais de 200 deputados eram camponeses que não exibiam o conservadorismo leal deles esperado pelo governo. A extrema direita não conseguiu obter um só assento. A despeito da ausência dos socialistas, as deliberações da primeira Duma se mostraram demasiadamente radicais, tanto no tom quanto na orientação contra o governo, para o gosto do czar e de Goremynkin, seu reacionário primeiro-ministro. Assim, foi ela dissolvida depois de apenas dez semanas de existência (27 de abril a 8 de julho de 1906) e uma segunda Duma foi convocada em fevereiro de 1907. Esta se mostrou muito mais polarizada que a primeira. Os *Kadets* perderam terreno, enquanto o fim do boicote dos socialistas aumentou a representatividade da esquerda. A direita também conseguiu alguns avanços. Mais uma vez, contudo, o governo do czar e a assembléia do povo acharam impossível trabalhar juntos, e se engendrou um pretexto para a dissolução da segunda Duma em junho de 1907. A esta altura dos acontecimentos, Pedro Stolypin (1862-1911), o novo e inflexível primeiro-ministro — numa flagrante violação das Leis Fundamentais —, alterou as regras do jogo eleitoral ao limitar o direito de voto em favor da nobreza latifundiária e das classes ricas urbanas, mas em detrimento dos camponeses

e dos trabalhadores. Essa atitude tão arrogante e ditatorial garantiu que a terceira Duma, ao ser convocada, tivesse uma composição política totalmente diferente com relação às suas predecessoras. Os outubristas, que tinham apenas 17 deputados na primeira Duma, agora tinham 154. A extrema direita também incrementou sua participação, e os socialdemocratas e *Trudoviki* foram reduzidos ao mínimo. Portanto, a terceira Duma demonstrou ser uma assembléia muito mais conservadora e complacente, mais ou menos dócil na aprovação de leis propostas pelo governo mas dura na repressão dos poucos elementos radicais ainda existentes. Contudo, mesmo essa Duma foi ocasionalmente suspensa sempre que o governo decidia legislar por decreto. O fato de os deputados terem docilmente renunciado a seus cargos depois do término de uma dessas suspensões nos dá a medida de sua maleabilidade — um fator que assegurou a sobrevivência da terceira Duma durante os cinco anos estabelecidos para sua existência (1907-12).

O tempo de existência da terceira Duma coincidiu mais ou menos com o mandato de Stolypin, um homem que combinava suas irrepressíveis simpatias legalistas com um tenaz compromisso com a necessidade de uma reforma agrária. As convulsões ocorridas no campo russo entre 1901 e 1907 convenceram Stolypin de que, depois de quase meio século da emancipação, a questão da terra dos camponeses ainda era um dos problemas mais urgentes enfrentados pelo governo. Não é preciso que nos detenhamos nos detalhes de sua legislação. Seu ponto central era uma tentativa de romper com aquilo que Stolypin considerava ser o golpe de morte da comuna camponesa com relação à produção agrícola. Assim, no que ele próprio descreveu como um deliberado desafio “aos fortes e aos poderosos”, Stolypin autorizou a agregação de lotes de terra esparsos, aboliu o arrendamento de terras compulsório nas comunas e incentivou o estabelecimento de fazendas individuais que eram “desmembradas” da terra coletiva. O reembolso foi cancelado, o *status* legal dos camponeses melhorou e foi dado

apoio financeiro para incentivar o já crescente movimento de migração camponesa da Rússia Européia para as terras férteis do sul e do oeste da Sibéria. É difícil aferir o sucesso da reforma de Stolypin. A complexidade legal, burocrática e financeira da operação solapou-a desde o início, e é impossível calcular quais seriam seus efeitos a longo prazo se outros eventos mais catastróficos não tivessem lançado a questão da terra no efervescente cadinho de 1917. O “desafio aos fortes” de Stolypin certamente beneficiou alguns dos camponeses mais ricos (*kulaks*) mas fez muito pouco para aliviar o sofrimento dos mais pobres, com sua eterna falta de terras. Isso serviu para aumentar as diferenças econômicas entre as classes camponesas, com os ricos ficando mais ricos e os pobres mais pobres. O maior problema, contudo, foi a inabilidade de Stolypin ao lidar com o problema agrário como um todo. Sua legislação se ocupava apenas da terra dos camponeses e nada fez com relação aos interesses da propriedade ou às propriedades privadas da nobreza latifundiária. Essa era uma questão que seria atacada pelos próprios camponeses, através de ação direta, no tumulto de 1917.

As eleições para a quarta e última Duma resultaram na volta de componentes ainda mais conservadores que os da terceira, com os Outubristas perdendo votos para partidos nacionalistas situados mais na extrema direita. Entretanto, foi durante a existência da última Duma que certos desenvolvimentos ocorreram, servindo para abrir uma brecha não só entre o governo e a Duma mas também entre o governo e a sociedade como um todo. Em 1911, Stolypin foi assassinado por um socialista-revolucionário. No ano seguinte, o massacre de 200 trabalhadores em greve nos campos auríferos do Lena, na Sibéria Ocidental, provocou a indignação pública e o novo surgimento de uma inquietação de caráter político na indústria que se intensificou durante os dois anos seguintes. Em 1912, também começou a ser sentido o impacto político da proteção pessoal dispensada pelo imperador e pela imperatriz a seu bizarro “amigo” Grigory

Rasputin (1871-1916). Rasputin não era, como amide é descrito, um “monge louco”, mas membro de uma seita religiosa extremada de flagelantes da Sibéria, conhecida como *khlsty*. Era um homem rude, bêbado e devasso, que, não obstante, granjeou a admiração da alta sociedade de São Petersburgo. O casal real, contudo, considerava-o um “santo homem do povo” a eles enviado por Deus para salvar a dinastia através de sua suposta capacidade de curar a hemofilia do herdeiro ao trono, o czarévich Alexis. Através de seus poderes hipnóticos de cura, Rasputin exercia um poderoso controle sobre o czar, sendo assim capaz — em troca de favores sexuais providenciados por políticos ambiciosos — de influenciar a escolha de ministros pelo imperador. Provavelmente, não existem muitas evidências nas alegações de que Rasputin mantinha relações sexuais com a imperatriz, mas seu ultrajante comportamento em público e sua intimidade com a família real fizeram com que a corte, e com ela o governo, caísse no descrédito público. Apesar de nem todos serem apontados por Rasputin, os ministros da coroa eram admitidos e demitidos numa rápida sucessão, já descrita como uma “giranda ministerial?”. Entre 1912 e 1916, a Rússia teve quatro primeiros-ministros, quatro ministros da Justiça, quatro da Educação, quatro Procuradores do Santo Sínodo e não menos que seis ministros do Interior, todos eles, segundo o professor Florinski, “seixos — e não paralelepípedos — no caminho que levou a monarquia à ruína”. Rasputin foi por fim envenenado e fuzilado por um membro da família real, o príncipe Félix Yusupov, em dezembro de 1916. Dois meses mais tarde, a autocracia entrou em colapso, mas o escândalo que cercou o nome de Rasputin não passou de sintoma, e não causa, da aguda moléstia que afligia um regime incompetente e impopular agora sufocado pelos grilhões de uma guerra mundial.

5

Guerra e revolução

A Rússia na guerra, de 1914 a fevereiro de 1917

A natureza da relação entre o envolvimento da Rússia na Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1917 é um tópico que tem sido repensado pelos historiadores desde a ocorrência dos fatos. Simplificando, a questão se resume a isto: a situação militar gerou a crise doméstica que provocou a desintegração do regime czarista, ou as pressões e contradições dentro do sistema social e político já eram de natureza tão refratária a ponto de tornar a revolução inevitável? Contra os que afirmam que foi a guerra que causou — ou, pelo menos, acelerou — a Revolução, pode-se argumentar que a situação interna anterior a agosto de 1914 já havia atingido seu ponto crítico. A generalizada inquietação nas indústrias provocada pelo massacre nos campos auríferos do Lena, as deterioradas relações entre o governo e a Duma, a insatisfação política da classe média, as repercussões do caso Rasputin e a questão agrária não solucionada sugeriam que o Estado e a sociedade mais uma vez se precipitavam para algum tipo de confrontação dramática. A declaração de guerra entre a Rússia e a Alemanha, con-

tudo, diminuiu temporariamente a possibilidade de uma crise já que uma onda de patriotismo primitivo varreu o país, compelindo o czar, o governo, a sociedade e o povo a se unirem em defesa da Mãe-Rússia. Apenas os socialdemocratas — e nem todos eles — se opuseram à guerra “imperialista”, situação da qual os bolcheviques deveriam tirar dividendos como o sentimento popular que posteriormente passou do nacionalismo agressivo para a repulsa pela guerra e para o desejo de que a Rússia se retirasse dela.

A fragorosa derrota russa na batalha de Tannenberg em agosto de 1914 estabeleceu o modelo para as futuras hostilidades, mas são as repercussões do conflito a nível doméstico, e não as operações militares, que nos interessam mais diretamente. As indústrias que produziam material bélico obviamente floresceram. Grandes fortunas foram feitas com as encomendas governamentais de fuzis, balas e uniformes. Quando ficou óbvio que a guerra não terminaria em breve, mais e mais empreendimentos foram desviados para a produção de material militar e paramilitar. Por outro lado, a produção de bens de consumo decaiu, provocando mais dificuldades para a população civil. Até o equipamento agrícola essencial estava em falta. Essas dificuldades originavam-se do problema de transporte. A maior parte das ferrovias havia sido requisitada para o transporte de homens e munições para o fronte, deixando sem transporte a tão necessária produção agrícola. Seguiu-se o racionamento, com os trabalhadores passando fome e as filas de pão tornando-se corriqueiras. A falta de matéria-prima essencial também provocou uma crise na indústria entre 1915 e 1916, parcialmente superada pela formação do Comitê das Indústrias de Guerra, uma organização voluntária composta por homens de negócio, políticos da Duma e comitês de trabalhadores que coordenavam a produção e, em parte, compensavam a cada vez mais óbvia incapacidade do governo na resolução eficiente dos problemas econômicos provocados pela guerra total.

Financieiramente, o governo beirava o desastre. Os bloqueios navais do Mar Negro e do Báltico efetivamente anularam o comércio exterior da Rússia. O comércio por via terrestre através da Europa Oriental era obviamente impossível. A Polónia e grandes áreas da Rússia Ocidental estavam ocupadas por tropas inimigas, com a consequente perda não só dos recursos industriais mas também do recolhimento de impostos. Outro golpe contra o erário público foi a antiga proibição de venda de bebidas alcoólicas. A venda de vodka era uma lucrativa fonte de renda para o Estado mas agora estava literalmente esgotada (não que os camponeses russos deixassem de consumir a bebida que tradicionalmente faziam em casa e que amide se mostrava letal). Enquanto a renda diminuía, os gastos aumentavam. Os custos diretos da guerra saltaram de cerca de 1 500 milhões de rublos em 1914 para 14 500 milhões em 1916. A solução encontrada pelo governo foram os grandes empréstimos externos e a emissão de mais papel-moeda, o que resultou numa inflação galopante. A mobilização em massa de 15 milhões de recrutados entre 1914 e 1917 também teve repercussões óbvias na economia do país. No campo superpopuloso, a remoção de tantos homens significava que havia menos bocas a serem alimentadas. O exército, contudo, não podia marchar com o estômago vazio. O recrutamento de trabalhadores agrícolas das grandes propriedades privadas que produziam principalmente para suprir o mercado resultou na redução da produção agrícola, numa época de crescente demanda. A produção industrial também declinou, uma vez que a mão-de-obra especializada, já em falta, foi substituída por operários inexperientes como mulheres, crianças e prisioneiros de guerra.

A população cada vez mais expressava seu descontentamento, não só com relação aos revezes militares mas também quanto às dificuldades domésticas, que eram diretamente atribuídas — justa ou injustamente — à incompetência do governo. O breve sentimento de solidariedade nacio-

nal experimentado no início da guerra se evaporara. A indústria estava abalada por uma renovada onda de greves, algumas delas financiadas com dinheiro alemão. Membros dos partidos de centro da Duma formaram uma aliança política chamada “Bloco Progressista”, que exigia que o czar substituisse sua administração obviamente inoperante por um “governo de confiança pública” — numa clara referência a si próprios. O Comitê das Indústrias de Guerra e outras organizações voluntárias como a União dos *Zemstva* descobriram que suas atividades eram dificultadas, e não encorajadas, pelo governo, mas uma mistura de patriotismo e de lucros obtidos através da produção bélica impedia-os de realmente impor suas exigências políticas por meio de ameaças ou sanções econômicas. O czar aumentou de maneira insensata seu próprio isolamento e impopularidade ao assumir o comando pessoal do exército russo em 1915. Sua inútil presença no quartel de Mogleiev delegou a condução dos negócios na capital (agora rebatizada de Petrogrado) às decisões de sua esposa neurótica — desdenhosamente conhecida pelo povo como *nemka* (“a alemã”) — e do abominável Rasputin.

Pesadas baixas na frente e uma retirada forçada para a retaguarda significavam que o caráter e a composição do exército russo estavam mudando. Entre as fileiras, as tropas desmoralizadas não se mostravam tão treinadas e leais ao czar e à pátria quanto aos “camponeses de uniforme”, recrutados às pressas e mal equipados. O tradicional corpo de oficiais se mostrava cada vez mais fraco graças à incorporação de jovens que, de outra forma, nunca teriam aderido à carreira militar. Esse jovens talvez pudessem ser descritos como a “*intelligentsia* de uniforme” — um grupo cujas aspirações políticas não se mostravam dispostas a uma lealdade automática ao regime. Os escalões superiores, até mesmo os generais, mostravam-se exasperados pela intromissão de um imperador ineficiente e sem qualquer experiência militar, assim se alienando do soberano e pres-

sonando para que ele abdicasse. Contudo, a despeito da insatisfação dos militares, nem o alto comando nem os políticos da Duma — e ainda menos os partidos revolucionários — foram responsáveis pela derrubada final do “Nicolau Sangunário”. Essa queda foi provocada pela insurgência das massas politicamente radicalizadas.

A Revolução de Fevereiro e o “poder duplo”, fevereiro-julho de 1917

A crise atingiu seu auge em fevereiro de 1917. Os distúrbios ocorridos nas filas para comprar alimentos, formadas por pessoas famintas, logo evoluíram para demonstrações violentas, choques com a polícia e, por fim, motim militar entre as tropas descontentes aquarteladas na capital. Em quatro dias conturbados, de 27 de fevereiro a 2 de março, a Duma teve seus trabalhos suspensos, o governo entrou em colapso, o czar foi forçado a abdicar e surgiram dois novos órgãos revolucionários de autoridade política, o primeiro Governo Provisório e o Soviete dos Deputados dos Trabalhadores e dos Soldados de Petrogrado. A autocracia chegava a seu fim. O Governo Provisório (ou seja, temporário), encabeçado pelo príncipe Lvov, era dominado pelos *Kadets* e outros membros do “Bloco Progressista”, e assim, embora elevado ao poder governamental pela ação dos trabalhadores e soldados revolucionários de Petrogrado, representava os interesses políticos da classe média e da superior. Durante as poucas semanas de sua existência, desenvolveu um programa de reformas democráticas e de uma legislação referente aos direitos humanos, o que levou Lênin — seu intransigente opositor — a descrever a Rússia como “o mais livre dos países beligerantes”. Contudo, foi a contínua beligerância da política do novo governo no tocante à continuidade da guerra que logo provocou sua queda. O termo “provisório”, que designava a administra-

ção de Lvov, foi assim confirmado pelos fatos; se foi realmente um “governo” é questão que permanece em aberto dada a natureza de seu relacionamento com o Soviete de Petrogrado. A despeito da natureza desastrada, caótica e fluida de sua composição, foi o Soviete — ou melhor, seu Comitê Executivo Central — o verdadeiro responsável pelos acontecimentos ocorridos na capital. Tanto pela extensão do apoio popular de que gozava quanto por seu controle sobre as fábricas, quartéis e principais meios de comunicação, o Soviete dos trabalhadores se tornou o verdadeiro governo da Rússia, um arranjo que se caracterizou pelo termo “poder duplo” (*dvoevlastie*).

À medida que a autoridade da antiga burocracia e força policial do czarismo ruía por todo o país, ia sendo substituída por um inerte número de conselhos populares, sovietes, comitês e outros órgãos de controle popular que capitalizavam o caos ao perseguir e defender seus próprios interesses mutuamente conflitantes. Os camponeses — com exceção dos que se haviam feito soldados — não desempenharam nenhum papel na Revolução de Fevereiro. Entretanto, como nesse ano houve uma paralisação da administração rural, tiveram eles a oportunidade de realizar o velho sonho de uma distribuição da terra em benefício dos que nela trabalhavam. A seriedade dos distúrbios no campo variou dos atos de invasão e corte ilícito de árvores até a total desapropriação e redistribuição de grandes propriedades privadas e até mesmo de fazendas que haviam optado pelo trabalho comunitário quando das reformas de Stolypin. Quando necessário, se empregava a violência. O governo pedia que se tivesse paciência e ordem, bem como se adotassem os devidos procedimentos legislativos depois das eleições para a Assembléa Constituinte. Entretanto, as sutilezas do parlamentarismo não produziram qualquer efeito no camponês semi-analfabeto e faminto por terras, que por fim acabou por realizar “de baixo para cima” aquilo que Alexandre II não conseguira impor “de cima para baixo” em 1861.

Ainda mais urgente que a questão da terra era o problema da guerra. Naturalmente, ninguém queria ser derrotado pela Alemanha e pelo Império Austro-Húngaro, mas era patente que as massas, combatentes ou não, estavam exaustas e desejavam o fim da carnificina. A disciplina militar ficou comprometida pela "Ordem n.º 1" do Soviete de Petrogrado, publicada em 2 de março e que prescrevia o estabelecimento de comitês de soldados em todas as unidades militares e a abolição das tradicionais relações hierárquicas entre oficiais e soldados. Deserções, fraternizações e a recusa de combater a não ser em uma guerra defensiva capaz de levar a uma "paz democrática", sem "anexações ou indenizações", tornaram-se cada vez mais comuns.

Portanto, nos campos, fábricas e fronte, a população se mobilizava para dar continuidade à ação revolucionária enquanto ambos os órgãos do poder duplo desenvolviam inúteis conversações, sempre evitando as duas questões decisivas do momento: a paz e a terra. Dentro dos partidos revolucionários, a situação não se mostrava menos indecisa. Mesmo os bolcheviques (na ausência de Lênin), exultantes com a queda da monarquia, se preparavam para um longo e indefinido período de governo "burguês" e assumiam uma atitude ambígua com relação à questão da reunificação com os mencheviques. As coisas mudaram quando Lênin voltou à Rússia em 3 de abril. Na estação ferroviária Finlândia, de Petrogrado, dirigiu às multidões que o saudavam um vigoroso apelo em favor da revolução socialista internacional. Sua atitude surpreendeu até mesmo alguns antigos bolcheviques que, de modo geral, se contentavam com a revolução "burguesa" de fevereiro. Contudo, eles não tinham motivo para se surpreender. Desde 1905 Lênin vinha falando e escrevendo sobre o estabelecimento de uma "ditadura democrática e revolucionária do proletariado e do campesinato pobre". Assim, não perdeu tempo e expôs suas opiniões nas famosas "Teses de Abril", publicadas no jornal do partido, o *Pravda*, em 7 de abril. Suas opi-

niões se baseavam firmemente na transformação da revolução burguês-democrática em um levante do proletariado e no início de um Estado socialista dos trabalhadores, sob o *slogan* "Todo o poder aos Soviètes".

Na verdade, a atitude de Lênin com relação aos Soviètes era ambígua. Por um lado, eles constituíam um exemplo do tipo de "espontaneidade" da classe trabalhadora de que ele sempre suspeitara e contra o qual já advertira em *Que fazer?* Por outro lado, agora pareciam eles muito mais representativos dos interesses da classe trabalhadora que o Governo Provisório, liberal e de classe média; assim, pareciam oferecer os melhores meios para se efetuar a transição da revolução burguês-democrática para a proletário-socialista. Mais tarde, seu *slogan* foi provisoriamente descartado quando os líderes do Soviete de Petrogrado pareciam mais preocupados com a ampliação da política do Governo Provisório — até o ponto de aceitarem a indicação de ministros — que com o avanço da causa revolucionária das massas. No primeiro Congresso dos Soviètes de Todas as Rússias, em junho, os bolcheviques só contribuíram com um oitavo do número total de delegados. Foi só em setembro, quando os bolcheviques tinham uma clara maioria nos Soviètes da capital e de outros locais, que o *slogan* foi revivido e posto em ação. Por essa época, as "Teses de Abril" ainda não se constituíam em política do partido e eram até mesmo repudiadas em editoriais do *Pravda*. O apelo de Lênin por uma revolução dos trabalhadores foi interpretado por muitos, mesmo entre seus próprios seguidores, como oportunista, aventureiro, antimarxista e um perigoso desvio para o anarquismo bakuniano. Entretanto, a despeito das reservas dos intelectuais e teóricos do partido, o programa de Lênin refletia de maneira clara e articulada a indole cada vez mais radical dos membros e militantes do partido. No final de abril, suas "Teses" foram aceitas como programa imediato do partido, e em poucos meses aumentou consideravelmente o número de seus filia-

dos, com os industriários formando 60 por cento desse número. Pode-se afirmar que, antes de abril de 1917, Lênin e os bolcheviques constituíam um fator secundário da história russa. Agora, isso não era mais válido. Deixando os bastidores, o partido bolchevique agora passava a ocupar o centro do palco da política russa.

Em 18 de abril, a publicação de uma nota de Milyukov, ministro do Exterior, assegurando aos aliados que a Rússia lutaria na guerra até a vitória, provocou protestos públicos e, por fim, a renúncia do governo de Lvov. Foi formada uma nova administração, que agora incluía membros dos partidos socialistas no Soviete. A "colaboração" dos mencheviques e dos ministros social-revolucionários com o governo burguês e favorável à guerra significava que os bolcheviques eram agora a única facção política a seguir uma intransigente política antiguerra, com Lênin insistindo na transformação da guerra imperialista em uma série de guerras revolucionárias dentro de cada país beligerante. A firme esperança de uma revolução internacional na Europa era a principal idéia que ele tinha em mente quando os bolcheviques desencadearam sua própria revolução em outubro.

Em junho, Alexandre Kerenski (1881-1971), o novo ministro da Guerra, além de vice-presidente do Soviete e socialista moderado, ordenou uma nova ofensiva militar contra a Áustria e a Galícia. O avanço inicial foi contido e logo se transformou em fiasco. À catástrofe militar veio se somar o novo surto de desordens públicas em Petrogrado. Centenas de manifestantes invadiram as ruas; as bandeiras bolcheviques eram vistas por todo lado; muita gente foi morta ou ferida; o ministro da Agricultura, socialista, foi quase linchado. Os "Dias de Julho" constituíam a mais ameaçadora manifestação de insatisfação popular com relação ao governo desde a Revolução de Fevereiro. Contudo, Lênin achou que era prematuro para as demonstrações se transformarem em revolução, e uma espécie de ordem cívica

foi restaurada. A sorte dos bolcheviques então conheceu um breve revés. A participação do Soviete no segundo Governo Provisório e a superioridade numérica de seus membros mencheviques e social-revolucionários levaram Lênin a abandonar temporariamente o *slogan* "Todo o poder aos Sovietes". Kerenski se tornou o novo primeiro-ministro enquanto o ultradisciplinado general Kornilov era nomeado comandante-em-chefe e reintroduzia a pena de morte no fronte. Corriam rumores de que Lênin era um agente alemão pago pelo cáiser, e sua prisão foi ordenada. Aos bolcheviques foi atribuída a culpa tanto pela violência do levante de julho quanto pelo fracasso da ofensiva na Galícia. Os regimentos amotinados foram dispersos e os jornais bolcheviques, banidos. Lênin conseguiu evitar a prisão e fugiu para a Finlândia. Entre os outros bolcheviques presos estava Leão Trotski. Sempre considerado como independente dentro do movimento socialdemocrata, Trotski comandara sua própria organização independente mas agora, tendo voltado do estrangeiro em maio, declarava sua solidariedade aos bolcheviques. Em breve ele desempenharia um dos principais papéis no planejamento e execução da Revolução de Outubro. A despeito da demonstração de firmeza do novo governo, os problemas continuavam a se multiplicar. A revolta no campo, a quebra da indústria, o colapso militar, a inflação galopante e os movimentos pela independência nacional na Finlândia, Polónia e Ucrânia se acrescentavam à maré revolucionária que vinha se quebrar aos pés de Kerenski. A relutância em atacar o problema da terra, a postergação da convocação de uma Assembleia Constituinte e, acima de tudo, a continuação da guerra demonstravam claramente o fracasso do primeiro-ministro legalista em responder de maneira efetiva à predisposição revolucionária das massas. Só os bolcheviques prometiam que haveria de imediato "paz, pão e terra".

A caminho da Revolução Bolchevique, agosto-outubro de 1917

Contudo, a ameaça imediata a Kerenski não partiu da esquerda, mas da direita, sob a forma da tentativa de golpe militar empreendida pelo general Kornilov em 28 de agosto. As relações entre o primeiro-ministro e o comandante-em-chefe eram uma mistura de antagonismo político e desconfiança pessoal. O firme avanço alemão na região báltica, que culminou na captura de Riga, em 21 de agosto, abriu o caminho ao inimigo para Petrogrado, e Kornilov não tinha ilusões quanto à capacidade de Kerenski de tomar as rígidas medidas políticas necessárias para se deterem os reverses militares. Suspeitando de que Kornilov planejava se apossar do poder político, Kerenski afastou-o do comando. Ignorando essa ordem, Kornilov reagiu fazendo com que suas ordens fossem cumpridas e ordenou que os cossacos e a cavalaria avançassem sobre a capital. Entre outras coisas, ele tinha em mente o fuzilamento dos membros do Soviete. Uma ditadura militar contra-revolucionária parecia estar prestes a se concretizar. Entretanto, suas tropas estavam confusas e incertas quanto à lealdade delas exigida; além disso, sua mobilidade era comprometida pela irregularidade do trabalho dos ferroviários e operários de Petrogrado, que se infiltravam entre os homens de Kornilov e os convenciam de que o plano do general ia contra os interesses da revolução. Nem um único tiro foi disparado. As tropas desalentadas se dispersaram e o *putsch* contra-revolucionário foi abortado.

O real significado do "motim" de Kornilov reside no fato de ter renunciado uma renovação da popularidade do Partido Bolchevique. Encurrulado, Kerenski fora obrigado a pedir seu apoio; os líderes socialistas presos foram soltos e alguns políticos de direita, mandados para a prisão. Em 1º de setembro a Rússia foi declarada uma república. O Soviete começou a rearmar os destacamentos de opera-

rios — os "Guardas Vermelhos" — e, no início de setembro, pela primeira vez os bolcheviques obtiveram maioria nos Sovietes de Petrogrado e Moscou. Lênin, ainda escondido, pôde agora reviver o *slogan* "Todo o poder aos Sovietes". Nas semanas seguintes, bombardeou o Comitê Central do partido com uma sucessão de exigências de uma insurreição *imediata* do proletariado armado, da queda de "Kerenski e companhia" e da tomada do poder político. Só um governo bolchevique, afirmava ele, podia satisfazer as exigências do povo revolucionário. Rechaçando a hesitação dos companheiros que aconselhavam a se ter paciência e esperar pelas eleições para a Assembléa Constituinte, ou pelo menos a planejada reunião do segundo Congresso dos Sovietes, Lênin retorquiu: "A história não nos perdoará se não assumirmos o poder agora"; a essa afirmativa, acrescentava que "postergar é crime".

Trotski, agora solto, era presidente do Soviete de Petrogrado e membro do Comitê Central do Partido Bolchevique. No dia 10 de outubro, Lênin deixou seu esconderijo e se dirigiu incógnito para uma reunião do Comitê Central. Depois de um debate longo e amido cáustico, sua moção exigindo uma insurreição armada foi por fim aprovada por dez votos a dois. A revolução proletária estava agora "na ordem do dia". Contudo, esse dia ainda ficava por ser definido. Lênin insistia na ação imediata, mas sua volta ao anonimato fez com que ficasse fora do epicentro da tormenta que se aproximava. Maior foi a influência de Trotski, agora nomeado presidente de um órgão recém-formado e responsável pelo Soviete: o Comitê Militar Revolucionário, que controlava efetivamente as tropas da guarnição de Petrogrado, num desafio aberto ao Governo Provisório e a Kerenski, que havia assumido o supremo comando militar. Os bolcheviques não fizeram segredo da preparação da insurreição, mas Kerenski parecia impotente para detê-la. As tentativas de se processarem os membros do Comitê Militar Revolucionário, fechar a imprensa bolchevique e convocar as tropas leais mostraram-se ineficientes.

Entretanto, seria errôneo pensar que os planos para a revolução estabelecidos pelos bolcheviques eram eficientes, bem coordenados ou totalmente ponderados. Como o próprio Trotski admitiu, os acontecimentos de 24 a 26 de outubro foram marcados pela confusão, apreensão, incerteza e oportunismo. Lênin chegou ao quartel dos bolcheviques na noite do dia 24. Durante a noite, destacamentos de trabalhadores armados, sob as ordens do Comitê Militar Revolucionário — agora dominado pelos bolcheviques — e comandados por “comissários” do partido, ocuparam os centros nevralgicos da cidade. Sem encontrar resistência, ocuparam as estações ferroviárias, assumiram o controle das pontes e controlaram os bancos, as agências dos correios e do telégrafo. No dia seguinte, o Palácio de Inverno — antigo lar do czar e último refúgio do Governo Provisório — foi atacado pelas Guardas Vermelhas, soldados e marinheiros. Depois de horas de indecisão e de um ultimato de teor desconhecido, todas pontilhadas por disparos esporádicos e inócuos, o Palácio foi infiltrado (e não “assaltado”) durante a noite de 25/26 por um esquadrão de guardas revolucionários que prendeu os membros remanescentes do Governo Provisório. Kerenski não estava entre eles. Ele já havia fugido em um carro posto à sua disposição pela Embaixada dos Estados Unidos. Em resumo, foram esses os acontecimentos mais espetaculares do ímpeto político da Revolução de Outubro.

Logo após a detenção do Governo Provisório, os delegados do segundo Congresso dos Soviotes já deram início a suas deliberações. Os bolcheviques constituíram a maioria, mas a decisão dos mencheviques e dos socialistas revolucionários de se retirarem como forma de protesto ao anúncio do golpe garantiu que este fosse formalmente endossado pelo Congresso. Casualmente, os eventos coincidiam com as táticas de Trotski, dando a falsa impressão de que a tomada do poder pelos bolcheviques correspondia à predominância política dos Soviotes. Numa sessão posterior, o

Congresso também aprovou por unanimidade duas resoluções decisivas: o Decreto sobre a Paz e o Decreto sobre a Terra; o primeiro determinando um armistício imediato e o estabelecimento de uma paz negociada, e o segundo aprovando o processo de redistribuição das terras que, de qualquer modo, os camponeses já haviam conseguido através de seus próprios esforços. Assim, os bolcheviques cumpriram — pelo menos no papel — as duas principais promessas feitas ao povo e que lhes garantiram o apoio das massas. O Congresso também estabeleceu um novo governo revolucionário, formado inteiramente por bolcheviques e com Lênin como presidente: o Soviete dos Comissários do Povo (*Sovnarkom*.) Nasceu o primeiro governo soviético.

No espaço de apenas oito meses, o Império Russo, governado por uma monarquia absolutista, foi transformado de maneira dramática em uma república revolucionária comandada por um governo marxista que se dedicava ao estabelecimento do socialismo internacional. O próprio Lênin saíra de uma relativa obscuridade para a liderança desse governo. Os bolcheviques triunfaram e chegaram ao poder, mas a Revolução havia apenas começado. A posição dos bolcheviques não era de forma alguma segura; ainda constituíam um partido minoritário, grande parte da sociedade ainda se opunha a eles ou ignorava suas intenções, o conflito com a Alemanha prosseguia, logo suplantado por uma Guerra Civil dolorosa, que espalhou um mar de sangue pelo país e criou condições para o surgimento de um caos e um sofrimento indescritíveis. Contudo, a despeito das lutas e incertezas imediatas, a Revolução Bolchevique de Outubro de 1917 inaugurara um novo capítulo da história, não só da Rússia mas também do mundo.

A Revolução era inevitável? Poderia ter sido evitada ou esmagada? Tais perguntas são puramente hipotéticas, e as questões historiográficas e filosóficas inerentes a uma tentativa de respondê-las são por demais complexas e profundas para as discutirmos aqui. Contudo, um aspecto

merece nossa consideração. É claro que havia muito mais por trás da vitória bolchevique que uma superioridade ideológica ou de organização com relação às outras forças políticas. Os bolcheviques simplesmente estavam muito mais sintonizados com o sentimento popular que os políticos liberais constitucionalistas ou os socialistas moderados. Em particular, a resoluta posição de Lênin com relação à paz e à questão da terra, bem como sua avaliação do poder revolucionário do campesinato, contribuiu em muito para a popularidade de seu partido e seu sucesso final. É claro que, se Kerenski tivesse adotado um programa similar, se tivesse cumprido a promessa de dar fim imediato à guerra e se tivesse atribuído efeito legal à redistribuição das terras não pertencentes aos camponeses, seria então possível que tivesse obtido o apoio das massas necessário à sua permanência no poder. Mas, como já demonstrou Florinski, se Kerenski tivesse abraçado essa política, também ele teria se tornado bolchevique.

6

Interpretações e conclusões

A Revolução prometeu, mesmo que a médio prazo não o tenha cumprido, a resolução das contradições sociais, econômicas e políticas descritas no início deste livro. Ela também marcou o ápice das antigas tradições revolucionárias que combinavam elementos de insurreição popular, oposição intelectual e saneamento das forças militares; nessas tradições também podiam ser identificadas as forças do ocidentalismo e da eslavofilia, do marxismo e do populismo. Não é de surpreender que a natureza politicamente tensa dos acontecimentos de 1917 tenha feito surgir uma grande variedade de interpretações e abordagens historiográficas que cobrem todo o espectro ideológico. Na União Soviética, é natural que tenha predominado uma visão estritamente marxista-leninista que vê a Revolução como o climax inevitável de um processo de desenvolvimento histórico comandado por leis científicas e determinado por inexoráveis forças econômicas. Até hoje, essa teoria exerce, até certo ponto, um papel legitimador no contínuo monopólio do poder político de que goza o Partido Comunista da União Soviética. Nesse contexto, a história continua a servir ao Estado.

No Ocidente, as interpretações da Revolução foram temperadas por considerações e oportunismos de caráter político. Quando se deu a Revolução, era mínimo o conhecimento do Ocidente sobre as forças políticas, sociais e econômicas que a produziram. O próprio bolcheviquismo era uma força desconhecida, e normalmente é o desconhecido que produz os maiores temores. É compreensível que os governos estrangeiros e "capitalistas" tenham-se mostrado hostis ao jovem Estado socialista. Além da antipatia política, obstáculos linguísticos e culturais fizeram com que a visão ocidental da Revolução fosse dominada durante muitos anos pela tradução dos relatos de estudiosos e escritores russos exiliados — alguns dos quais haviam desempenhado papéis importantes no drama —, todos, é claro, com suas razões pessoais e políticas para se oporem ao regime soviético. Aceitou-se como verdade incontestável o fato de que, se não fosse pela intervenção da Primeira Guerra Mundial, a Rússia teria continuado a percorrer um caminho reformista em direção à maior liberdade política, a um verdadeiro governo constitucional e à prosperidade econômica. Alguns comentaristas, intelectualmente incapazes de admitir que os governos opressores são por vezes derrubados pela ação espontânea do povo, se perguntam se uma revolução no sentido amplo do termo realmente ocorreu em fevereiro de 1917. A abdicação de Nicolau Romanov foi provocada, segundo essa teoria, por uma "conjunção" entre homens de negócio egoístas e políticos liberais traiçoeiros, bem como pelas maquinacões do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, que subverteu com dinheiro os esforços de guerra empreendidos pelos russos. Outros argumentam que, uma vez que o regime atormentado pela guerra já entrara em colapso, eram grandes as possibilidades de se estabelecerem liberdades civis e instituições parlamentares na Rússia, e, terminada a guerra, o país estava preparado para se desenvolver de acordo com os moldes da democracia ocidental. Mas surgiram os iníquos bolchevi-

ques e, guiados por um zelo dogmático e sedentos pelo poder, ludibriaram as massas crédulas, tomando o poder pela força das armas e inaugurando um reinado de terror ideológico que lançou a Rússia em uma nova Idade das Trevas de opressão totalitária. Chegou a haver esforços contínuos de se explicar a Revolução Bolchevique como sendo um complô judaico.

Por outro lado, houve socialistas estrangeiros, intelectuais de esquerda e "viajantes" que pintaram a Revolução Russa com cores gloriosas, louvando-a por ter derrubado um regime tirânico e por lutarem seus líderes pela construção de uma sociedade justa e igualitária, em que os interesses das massas trabalhadoras, e não os lucros das classes exploradoras, são as grandes prioridades. Apesar de bem-intencionados, esses relatos eram geralmente ingênuos e mal informados. Depois da Segunda Guerra Mundial, a chamada "Guerra Fria" entre a URSS e o Ocidente provocou atitudes de endurecimento em ambas as partes. As tentativas ocidentais de se analisarem as origens e as consequências da Revolução de maneira imparcial e objetiva amiúde eram vistas como aprovação dissimulada ou até mesmo como apoio declarado à política do inimigo comunista. Com algumas nobres exceções, a maioria dos relatos ainda tendia a se deixar infiltrar por um antagonismo, consciente ou inconsciente, a tudo o que a Revolução representava.

Contudo, mais recentemente, tanto no Ocidente quanto na União Soviética, um novo conjunto de estudos tem-se desenvolvido; por um lado, essa nova abordagem se mostra livre das amarras da inflexibilidade stalinista, e, por outro, reflete o acesso cada vez mais fácil aos arquivos soviéticos oferecido aos historiadores ocidentais, o que possibilita um novo e desinteressado exame dos antecedentes e da realidade da Revolução. A amplitude e a profundidade dos estudos históricos desenvolvidos pelos soviéticos não são unanimemente apreciadas entre os não especialistas do Ocidente, e amiúde são delicadamente descartadas como sim-

ples propaganda do atual Partido. Entretanto, da mesma forma que os estudiosos ocidentais com frequência se mostram discordes quanto às suas interpretações, chegando a diferentes conclusões, também dentro do contexto marxista-socialista do materialismo histórico encontramos conclusões contraditórias e avaliações irreconciliáveis, feitas por historiadores soviéticos. Esses novos estudos, tanto marxistas quanto não marxistas, em geral combinam a análise econômica, a investigação sociológica e a metodologia da ciência política para que se lance uma nova luz sobre um fenômeno histórico que, recorrendo mais uma vez à imagem de John Reed, ainda abala o mundo. Esperamos que o clima político e a política educacional, tanto da URSS quanto do Ocidente, continuem a fornecer as condições necessárias para que esses importantes estudos continuem a se desenvolver e para que deles tiremos grandes ensinamentos.

7

Glossário de termos russos

Bolchevique: "pertencente à maioria"; membro da facção de "linha dura" comandada por Lênin dentro do Partido Trabalhista Socialdemocrata Russo.

Buri: revolta camponesa espontânea; levante.

Cherny peredel: Divisão Negra; partido revolucionário populista que se opunha ao emprego do terror político.

Duma: Assembléia ou Conselho; especialmente a Duma Estatal, uma instituição semiparlamentar eleita por voto, 1906-17.

Dvoevlastie: poder duplo; empregado especialmente com relação à divisão do poder político entre o Governo Provisório e o Soviete de Petrogrado, março-outubro de 1917.

Dvoryanstvo: nobreza latifundiária (e antes de 1861 possuidora de servos).

Intelligentsia: intelectuais radicais.

Iskra: *A Centelha*; jornal revolucionário marxista fundado por Lênin em 1900.

Izvestiya: *Notícias*; jornal do Soviete de São Petersburgo e Petrogrado.

- Kader*: membro do moderado Partido Democrático Constitucional (das iniciais russas K-D).
- Khozhdentev narod*: "Indo para o povo"; cruzada de jovens populistas dirigida ao campesinato, 1874 e 1875.
- Kulak*: camponês rico.
- Menchevique*: "pertencente à minoria"; membro da facção moderada e antibolchevique do Partido Trabalhista Socialdemocrata Russo.
- Molodaya Rossiya*: "Jovem Rússia"; inflamado manifesto revolucionário que circulou em 1862.
- Narod*: o povo; em uso no século XIX, normalmente com referência ao campesinato
- Narodnik* (pl. *narodniki*): populista; membro do movimento populista.
- Narodnaya volya*: A Vontade do Povo; organização terrorista revolucionária responsável pelo assassinato do czar Alexandre II.
- Narodnichestvo*: populismo; conjunto de idéias sociais e políticas que pretendia representar os interesses comunitários do campesinato.
- Obshchina*: comuna ou coletividade camponesa russa.
- Pogrom*: ataque violento contra minorias raciais ou sociais; especialmente os dirigidos contra os judeus.
- Pravda*: *A Verdade*; jornal do Partido Bolchevique, fundado em 1912.
- Pud*: unidade de peso; 36,1 libras ou 16,38 quilos.
- Soviete*: conselho; especialmente o Soviete dos Representantes dos Trabalhadores estabelecido pela primeira vez em 1905 e novamente em 1917.
- Sovmarkom*: Conselho dos Comissários do Povo; governo revolucionário dos bolcheviques, estabelecido em outubro de 1917.

- Trudovik* (pl. *Trudoviki*): coalizão liberal de esquerda na Duma Estatal.
- Zemlya i volya*: Terra e Liberdade; organização populista revolucionária, 1861-4 e 1876-9.
- Zemstvo* (pl. *zemstva*): órgão do governo rural local, estabelecido em 1864.

Indicação bibliográfica

A literatura sobre a Revolução Russa é vasta, englobando centenas de volumes apenas em inglês. A que se segue é uma lista bastante seletiva de sugestões. Bibliografias mais extensivas e referências a um material mais amplo podem ser encontradas em muitas dessas obras.

Referência

SHUKMAN, H., ed. *The Blackwell Encyclopaedia of the Russian Revolution*. Oxford, 1987.

Antologias e documentos traduzidos

DANIELS, R. V., ed. *The Russian Revolution*. New Jersey, 1972.

DMVTRYSHYN, B., ed. *Imperial Russia: a source book*. Illinois, 1974.

MCCAULEY, M., ed. *The Russian Revolution and the Soviet State, 1917-1921*; documents. London, 1975.

———. *Octoberists to bolsheviks: Imperial Russia, 1905-1917*. London, 1984.

Obras gerais sobre o final do Império Russo

FLORINSKY, M. *Russia: a history and an interpretation*. New York, 1966. v. II.

MCNEAL, R. H., ed. *Russia in transition, 1905-1914: evolution or revolution?* London, 1980.

PIPES, R. *Russia under the old regime*. London, 1974.

ROGGER, H. *Russia in the age of modernisation and revolution*. London, 1983.

Histórias gerais do período revolucionário

CHAMBERLAIN, W. *The Russian Revolution*. New York, 1935.

FLORINSKY, M. *The end of the Russian Empire*. New York, 1961.

LIEBMAN, M. *The Russian Revolution; origin, phases and meaning of the bolshevik victory*. London, 1970.

SERVICE, R. *The Russian Revolution, 1900-1927*. London, 1986.

SOBELEV, N., ed. *History of the October Revolution*. Moscow, 1966.

TROTSKY, L. *History of the Russian Revolution*. London, 1933.

Obras mais especializadas em aspectos de 1917

FERRO, M. *The Russian Revolution of February 1917*. London, 1972.

———. *The Bolshevik Revolution; a social history of the Russian Revolution*. London, 1980.

- GILL, G. *Peasants and government in the Russian Revolution*. London, 1979.
- HASEGAWA, T. *The February Revolution: Petrograd 1917*. Seattle, 1981.
- KEEP, J. *The Russian Revolution: a study in mass mobilisation*. London, 1976.
- MELGUNOV, S. *The bolshevik seizure of power*. Oxford, 1972.
- PETHYBRIDGE, R. *The spread of the Revolution 1917*. London, 1972.
- RABINOWITCH, A. *The bolsheviks come to power*. New York, 1976.
- SERVICE, R. *The Bolshevik Party in Revolution, 1917-1923: a study in organisational change*. London, 1982.
- SMITH, S. *Red Petrograd: revolution in the factories, 1917-1918*. Cambridge, 1983.
- WILDMAN, A. *The end of the Russian Imperial Army: the old army and the soldiers' revolt (march-april 1917)*. Princeton, 1980.